

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 087/2023
Data: 22/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|---|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| PARQUE VALONGO: ÁREA ESCOLHIDA PARA PROJETO FOI PALCO DOS PRIMEIROS PASSOS DO PORTO DE SANTOS..... | 4 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 5 |
| MODEC ASSUME DESAFIO ÉPICO: CONSTRUIR O ‘MONSTRO DOS MARES’, CONSIDERADO UM DOS FPSOS MAIS DIFÍCEIS DA HISTÓRIA | 5 |
| EMPRESA DE CERÂMICA TERÁ ECONOMIA DE R\$ 45 MIL COM USINA SOLAR..... | 6 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 7 |
| REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 7 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF | 8 |
| ORÇAMENTO QUASE TRÊS VEZES MAIOR ALAVANCA OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS DE PERNAMBUCO | 8 |
| AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN) É ARREMATADO POR R\$ 320 MILHÕES | 9 |
| PORTAL PORTO GENTE | 10 |
| SEDE DO G7, HIROSHIMA É SÍMBOLO DOS EFEITOS DA GUERRA | 10 |
| LÍDERES PRESENTES À CÚPULA DO G7 VISITAM MEMORIAL DA PAZ | 11 |
| PRESIDENTE DO PORTO DE SANTOS AVALIA NAVIO-TANQUE COM POTÊNCIA DE 55 BOMBAS DE HIROSHIMA | 11 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 22/05/2023 | 13 |
| EDITORIAL – REMOÇÃO DE EMBARCAÇÕES NAUFRAGADAS NA GUANABARA, UM PASSO IMPORTANTE | 13 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 14 |
| <i>Bélgica 1</i> | 14 |
| <i>Bélgica 2</i> | 14 |
| <i>Transnordestina</i> | 14 |
| <i>Investimento aeroportuário</i> | 15 |
| NACIONAL - PLANALTO SOFRE PRESSÃO PARA QUE MP DO PERSE NÃO VOLTE À CÂMARA | 15 |
| NACIONAL - ALCKMIN E MINISTRO DA DEFESA DISCUTEM SOLUÇÃO PARA CRISE NA AVIBRAS..... | 16 |
| REGIÃO NORDESTE - SUAPE RECEBE PRIMEIRA VISITA OFICIAL DA COMISSÃO DO SENADO QUE DEBATE H2V | 16 |
| REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO INICIA FORÇA-TAREFA PARA REMOVER EMBARCAÇÕES ABANDONADAS NA BAÍA DE GUANABARA | 18 |
| PORTUGAL - PORTO DE LEIXÕES EXPORTA MAIS 2 MIL VEÍCULOS DA AUTOEUROPA | 19 |
| OPINIÃO – ARTIGOS - Z | 20 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 21/05/2023 | 21 |
| EDITORIAL – SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS | 21 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 22 |
| <i>Aeropostos 1</i> | 22 |
| <i>Aeropostos 2</i> | 22 |
| <i>Low cost</i> | 22 |
| <i>Combustível</i> | 22 |
| <i>Docas do Ceará</i> | 23 |
| NACIONAL - NEGATIVA DO IBAMA À BUSCA DA PETROBRAS POR PETRÓLEO CAUSA CRISE ENTRE MINISTROS | 23 |
| NACIONAL - BRASIL E CHILE FIRMAM ACORDO PARA DESBUROCRATIZAR HABILITAÇÃO DE EXPORTADORES DE CARNES... 24 | 24 |
| REGIÃO SUL - NAVIO-VELEIRO CISNE BRANCO ESTARÁ ABERTO PARA VISITAÇÃO NO PORTO DE PARANAGUÁ..... | 25 |
| REGIÃO NORDESTE - EMPRESA SUÍÇA ARREMATAS AEROPORTO DE NATAL EM PRIMEIRA RELICITAÇÃO DO PAÍS | 26 |
| REGIÃO SUDESTE - APS E SOPESP PROMETEM ATUAR JUNTOS POR NOVA RODOVIA QUE LIGA AO PORTO DE SANTOS..... | 27 |
| REGIÃO SUDESTE - AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PROMOVE SEMANA DA DIVERSIDADE | 28 |
| REGIÃO SUDESTE - MINISTRO DO TST LANÇA LIVRO SOBRE MERCADO DE TRABALHO 5.0..... | 29 |
| OPINIÃO – ARTIGOS - MÚLTIPLAS DIMENSÕES | 29 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 31 |
| LULA BUSCA INVESTIMENTOS EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM EMPRESÁRIOS JAPONESES | 31 |
| COMBUSTÍVEIS SINTÉTICOS E HIDROGÊNIO VERDE: LIMITES E OPORTUNIDADES NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA | 32 |
| TÉRMICAS OBRIGATÓRIAS AMEAÇAM COMPETITIVIDADE DE HIDROGÊNIO VERDE, INDICA ESTUDO | 34 |
| LULA ACHA “DIFÍCIL” QUE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS TRAGA PROBLEMAS | 37 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 38 |
| CAMPOS NETO REFUTA CRÍTICAS DE LULA E ALIADOS: ‘PERSONIFICAÇÃO MOSTRA FALTA DE CONHECIMENTO’..... | 38 |

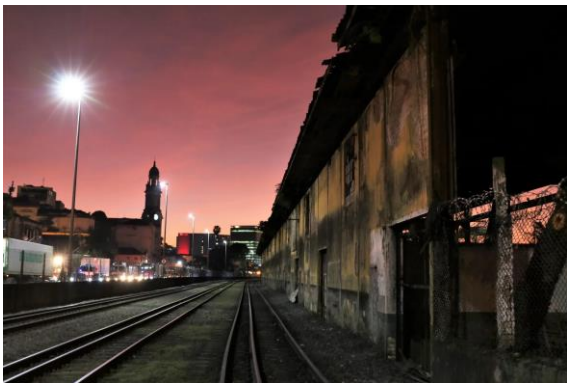


| | |
|---|-----------|
| GOVERNO TENTA BLINDAR ARCABOUÇO FISCAL E EVITAR EMENDAS DURANTE VOTAÇÃO..... | 39 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO ACIONA TCU PARA APURAR RISCOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO PELA PETROBRAS NA FOZ DO AMAZONAS | 40 |
| GOVERNO PIORA PREVISÃO DE ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS NESTE ANO E ANUNCIA BLOQUEIO DE R\$ 1,7 BI | 40 |
| MATO GROSSO QUER ESTADUALIZAR CHAPADA, MAS NÃO CUIDA DOS PARQUES ESTADUAIS, MOSTRA ESTUDO | 41 |
| APÓS ENCONTRO COM LIRA, HADDAD ESPERA APROVAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCAL ESTA SEMANA | 43 |
| PARA GARANTIR PEDÁGIO BAIXO EM LEILÕES DE RODOVIAS, UNIÃO PODERÁ PAGAR PARTE DAS OBRAS DE CONCESSÕES..... | 43 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... | 46 |
| PLACAR DO ARCABOUÇO FISCAL: GOVERNO TEM 143 DOS 257 VOTOS NECESSÁRIOS NA CÂMARA PARA APROVAÇÃO | 46 |
| ARCABOUÇO: INCLUSÃO DO FUNDEB NO LIMITE DE GASTOS APERTA REGRA A MÉDIO E LONGO PRAZO, REVELA TESOURO | 47 |
| QUAIS AS PROFISSÕES QUE MAIS DEVEM SER AFETADAS POR IAS COMO CHATGPT, SEGUNDO O PRÓPRIO CHATGPT | 48 |
| ‘TEMOS PAÍS EM QUE NÃO SE PODE INVOCAR FAZER MAIS REFORMAS PARA BAIXAR TAXAS DE JUROS’, DIZ PACHECO..... | 51 |
| ‘ACHEI QUE O TRABALHO DO BC, SUBINDO JURO DURANTE A ELEIÇÃO, SERIA RECONHECIDO’, DIZ CAMPOS NETO | 51 |
| PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO PARA ESTE ANO TEM QUEDA SIGNIFICATIVA COM REDUÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS | 53 |
| VALOR ECONÔMICO (SP)..... | 54 |
| DE OLHO EM GÁS PARA CLIENTES FINAIS, ENEVA REFORÇA SUAS OPERAÇÕES NO NORDESTE COM HUB SERGIPE | 54 |
| INDENIZAÇÃO À INFRAMÉRICA PODERÁ SER FEITA COM ACERTO DE CONTAS NO AEROPORTO DE BRASÍLIA, DIZ MINISTRO | 56 |
| INFRAESTRUTURA E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA | 57 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS..... | 59 |
| ATP LEVA MINISTRO MÁRCIO FRANÇA, DIRETORES DA ANTAQ E ASSOCIADAS PARA SUA PRIMEIRA MISSÃO INTERNACIONAL, NA BÉLGICA | 59 |
| ARTIGO - O CREDITAMENTO DE PIS/COFINS SOBRE GASTOS COM A APLICAÇÃO DA LGPD NOS TERMINAIS PORTUÁRIOS | 60 |
| WILSON SONS BATE RECORDE DE PRODUTIVIDADE NO TECON RIO GRANDE | 61 |
| Ocyan comemora aumento de mulheres em funções offshore..... | 61 |
| LOCALFRIO INTENSIFICA INVESTIMENTOS EM TI E ACELERA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL | 63 |
| ANP CONCLUI DESINTERDIÇÃO DE INSTALAÇÕES DO POLO BAHIA TERRA | 63 |
| INDÚSTRIA SE PREPARA PARA FUTURA MOBILIZAÇÃO DE EÓLICAS OFFSHORE | 64 |
| MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA | 66 |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM | 66 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PARQUE VALONGO: ÁREA ESCOLHIDA PARA PROJETO FOI PALCO DOS PRIMEIROS PASSOS DO PORTO DE SANTOS



Armazéns 1 ao 8 abrigaram principal atracadouro entre os séculos 16 e 19 e o início do porto organizado

Por: Bárbara Farias

Os armazéns 1 ao 8 abrigaram principal atracadouro entre os séculos 16 e 19 Foto: Sílvio Luiz/AT

Em Santos, a relação Porto-Cidade remonta ao século 16, quando as primeiras instalações portuárias na região do lagamar de Enguaguaçu impulsionaram o crescimento do povoado. Em 1541, para dar mais segurança aos navios, Braz Cubas transferiu os

atracadouros rudimentares e os trapiches da Ponta da Praia para o interior do estuário. Quase 500 anos depois, parte dessa área abrigará o Parque Valongo. E, em alguns anos, pode receber o Terminal de Passageiros, voltado aos cruzeiros marítimos.

As obras do Parque Valongo começarão no segundo semestre. Na última segunda-feira (15), a Prefeitura de Santos e a empresa Cofco assinaram o Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc). Garantiu-se o repasse de R\$ 15 milhões pela arrendatária do STS11, no Porto de Santos, para a revitalização do Armazém 4 e a implantação de praça de cultura e lazer na área dos antigos armazéns 5 e 6, que não existem mais. A obra ficará a cargo da Cofco.

Em termos históricos, o local é considerado um dos mais importantes de Santos - que foi elevada à categoria de vila em 1546 - e também do Estado de São Paulo. O Porto Organizado de Santos, por exemplo, que veio a se tornar o maior da América Latina, foi inaugurado em 1892 pela Companhia Docas de Santos (CDS), criada dois anos antes, e teve como primeiro trecho construído de cais um espaço de 260 metros na região dos armazéns 1 ao 8.

“Esse local (armazéns 1 ao 8) foi escolhido por Braz Cubas, que estava na missão de Martim Afonso de Souza. Chega a ser difícil explicar como o lugar mais importante, a porta de entrada de São Paulo, ficou nesse estado”, lamenta o professor da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep) Hélio Hallite.

“Aquele trecho foi o principal atracadouro, do século 16 ao século 19. Essa região concentra a história do café, toda nossa história. Nada justifica tantos anos de abandono. Se no século 19 nós começamos grandes obras (construção de 260 metros de cais, estrada de ferro Santos-Jundiaí e Usina de Itatinga), como no século 21 a gente ainda discute como revitalizar a área? O Parque Valongo será a grande obra da Cidade”.

O professor conta que as operações nos armazéns 1 ao 8 foram encerradas logo após o fim da concessão privada da CDS, em 1980, quando a gestão do Porto de Santos deixou de ser privada e foi devolvida à União, sendo constituída a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). “Na década de 1980, falava-se no prolongamento do cais com o financiamento japonês do Fundo Nakasone (US\$ 574 milhões a serem investidos em uma espécie de shopping de serviços portuários). Mas não avançou”.

Hallite lembra que os armazéns 1 ao 8 serviam à navegação de cabotagem. “A gente tinha rotas regulares do Lloyd Brasileiro e da Netumar. Esses navios menores atracavam ali por causa da

profundidade. Mas, essa área foi sendo esquecida com a construção de diversos terminais e a alavancagem do corredor de açúcar na área do Armazém XV e do corredor de exportação. Tudo isso ganhou importância e a região dos armazéns 1 ao 8 foi ficando de lado, assoreada por falta de dragagem”.

Contudo, a promessa das autoridades é de atenção total ao local. Também na segunda-feira, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse ter pressa na transferência do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, hoje administrado pelo Concais em Outeirinhos, para a área dos armazéns 1, 2 e 3. “Ele está em um lugar inadequado. É uma obra que também dá para fazer dessa maneira (Trimmc). Precisamos da remodelação do espaço dos armazéns 1 ao 3”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/05/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MODEC ASSUME DESAFIO ÉPICO: CONSTRUIR O ‘MONSTRO DOS MARES’, CONSIDERADO UM DOS FPSOS MAIS DIFÍCEIS DA HISTÓRIA

Informações: Click Petróleo e Gás



A Modec foi contratada pela Equinor, que objetiva a construção de um FPSO que será instalado na Bacia de Campos

A MODEC, fornecedora japonesa de FPSO, firmou um contrato de compra e venda (SPA) com a Equinor Brasil Energia Ltd para fornecer uma embarcação flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) destinada ao cluster formado pelos campos Pão de Açúcar, Seat e Gávea, na Bacia de Campos offshore no Brasil. Esse projeto recentemente sancionado pela Equinor Noruega tem reservas recuperáveis de gás natural e óleo condensado acima de um bilhão de barris de óleo

equivalente, com investimentos de cerca de US\$ 9 bilhões.

FPSO complexo na Bacia de Campos com foco na redução de emissões de GEE

O FPSO que será fornecido pela MODEC para a Equinor no projeto da Bacia de Campos offshore é descrito como “uma das instalações mais complexas da história da MODEC”. Ele terá a capacidade de lidar com grandes volumes de gás exportado, com foco principal na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na Bacia de Campos. O projeto está previsto para iniciar as operações em 2028 na Bacia de Campos, com o conceito selecionado baseado em um FPSO capaz de processar gás e óleo condensado e especificá-los para venda sem a necessidade de processamento posterior em terra.

O bloco BM-C-33, onde o FPSO da MODEC e da Equinor operará, na Bacia de Campos, foi descoberto pela Repsol Sinopec em 2010, e a Equinor assumiu a operação em 2016. A participação da Equinor neste bloco é de 35%, enquanto a Repsol Sinopec Brasil e a Petrobras detêm 35% e 30% de participação, respectivamente. Em março de 2021, os parceiros aprovaram o conceito de desenvolvimento do BM-C-33, e a Equinor tomou a decisão final de investimento para desenvolver o projeto em maio de 2023.

Redução de emissões de GEE e o papel do FPSO da MODEC

O FPSO fornecido pela MODEC para a Equinor no projeto da Bacia de Campos offshore é projetado com a capacidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. A instalação flutuante será capaz de lidar com grandes volumes de gás exportado, o que é crucial para

o projeto. Com a seleção da MODEC para fornecer essa embarcação complexa, a empresa japonesa reforça sua posição de liderança no mercado global de FPSO. O projeto na Bacia de Campos também enfatiza a importância da indústria offshore na transição energética, com foco em operações sustentáveis e eficientes.

Com o contrato assinado, a MODEC e a Equinor Brasil Energia estão trabalhando em conjunto para garantir que todas as especificações do projeto sejam atendidas. O FPSO da MODEC será crucial para o sucesso do projeto da Bacia de Campos offshore, fornecendo a capacidade de processar grandes volumes de gás e petróleo/condensado, enquanto reduz as emissões de GEE.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/05/2023

EMPRESA DE CERÂMICA TERÁ ECONOMIA DE R\$ 45 MIL COM USINA SOLAR

Projeto no interior do Ceará conta com equipamentos da Renovigi e possui capacidade instalada de 788,44 kWp

Informações: Canal Solar



Usina solar da cerâmica Girão & Ramos, com projeto da VS Elétrica e equipamentos Renovigi. Foto: Divulgação

No Brasil, diversos setores da indústria seguem se beneficiando do uso da energia solar para aumentar a rentabilidade de seus negócios.

Em Quixeré, no interior do Ceará, a inauguração de uma usina com 1.428 painéis fotovoltaicos ajudará a empresa de cerâmica Girão & Ramos a garantir uma economia de 75% no valor da conta de luz.

Atualmente, a fatura paga todos os meses ultrapassa a barreira dos R\$ 60 mil por causa do grande consumo de energia que é exigido pelas máquinas utilizadas nas duas

fabricas da companhia.

Realizado pela VS Elétrica, o projeto conta com equipamentos da Renovigi e será inaugurado ainda no mês maio. O tempo de retorno de investimento (payback) previsto é de até cinco anos.

Ao todo, a usina solar conta com capacidade instalada de 788,44 kWp e uma produção mensal de 100 mil kWh, o suficiente para abastecer até 400 residências.

Segundo a Renovigi, toda a energia gerada pela usina será equivalente ao plantio de mais de 3,2 mil árvores por ano, o que corresponde a uma redução de mais de 350 toneladas nas emissões de CO2.

Investimentos

Localizada no Vale do Jaguaribe, a 162 km de Fortaleza, a região de Russas, onde se encontra o município de Quixeré, é um importante polo industrial produtor de telhas e tijolos de cerâmica, com cerca de 100 indústrias.

A fim de atender à crescente demanda nordestina por energia solar, a própria Renovigi inaugurou recentemente um novo centro de distribuição, em Jaboatão dos Guararapes (PE), para melhorar a logística com redução no prazo de entrega dos equipamentos.

Segundo Guilherme Costa, gerente-executivo da Renovigi, a usina da Girão & Ramos deverá ser a primeira de várias instalações para o setor ceramista de Russas e de outras indústrias da região.

“Estamos observando este crescimento em diversos segmentos, com projetos de médio e grande porte sendo realizados, como este para o qual fornecemos nossos equipamentos. Temos um mercado potencial gigantesco para atender e que só tem a ganhar com a energia solar. É uma relação que vai beneficiar a todos, empresários do setor, clientes e sociedade”, disse ele.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 22/05/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)

Essa é a primeira consulta pública autorizada pela ANTAQ em 2023



Brasília 22/05/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, na última sexta-feira (19), a sua primeira audiência pública autorizada pela Agência no ano de 2023. Trata-se da Consulta Pública nº 01/2023 que analisa os documentos técnicos e jurídicos para a licitação do terminal ITG 02, no Porto Organizado de Itaguaí (RJ).

A expectativa é de que o novo empreendimento – que será implantado em uma área de 348.937m² – receba, ao longo da concessão,

quase R\$ 3 bilhões em investimentos e aumente a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo Porto de Itaguaí, movimentando quase 400 milhões de toneladas ao longo da vigência contratual.

A reunião contou com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que enalteceu as minutas documentais elaboradas pela Infra S.A. e aprovadas para consulta pública pela Agência em março deste ano.

“O ITG 02 é uma área que já se tentou licitar, mas agora temos um projeto mais robusto que contou com um trabalho de excelência da Infra S.A., que vem estruturando projetos com grande qualidade, o que nos dá segurança para avançar com esse processo licitatório de forma a atender o interesse das cargas e dos usuários”, disse.

O estudo que fundamenta a licitação está de acordo com a Resolução Normativa da ANTAQ nº 85/2022 – que estabelece procedimentos para a elaboração e análise de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados.

Os documentos preparatórios para a licitação da instalação portuária já estão disponíveis no site da ANTAQ. O período de contribuições se encerra na próxima quarta-feira (24).

Participações

Além do diretor-geral da ANTAQ, a audiência pública contou com a presença da diretora Flávia Takafashi e do relator do processo, diretor Alber Vasconcelos que, em seu discurso de encerramento dos trabalhos, reafirmou o compromisso ambiental da agência e enalteceu a importância do terminal para o estado fluminense.

“Estamos falando de um complexo portuário que atualmente movimenta mais de 100 milhões de toneladas e posso dizer que temos toda uma expertise de fiscalização dos terminais ali presentes. A ANTAQ segue em busca de atrair novos investimentos. É um projeto grandioso por conta do Capex, além de ser um terminal importante para o país e para o Rio de Janeiro”, encerrou.

Representando o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) estiveram presentes o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, e a diretora do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias Mariana Pescatori.

Também esteve à mesa o superintendente de Projetos Portuários e Aquaviários da Diretoria de Planejamento da Infra S.A, Fernando Corrêa. A audiência contou ainda com a presença virtual do presidente da PortosRio, Alvaro Luiz Savio.

Ao todo foram quase 10 contribuintes na audiência que representaram entidades públicas da prefeitura de Itaguaí, associações comerciais e escritórios de advocacia.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 22/05/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

ORÇAMENTO QUASE TRÊS VEZES MAIOR ALAVANCA OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS DE PERNAMBUCO

Com reforço orçamentário, Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, conseguiu finalizar 455 quilômetros de estradas revitalizadas em Pernambuco. Outras oito ações vão começar em 2023



- Foto: Márcio Ferreira/MT

O orçamento federal de R\$ 576,9 milhões para 2023 permitiu a retomada de obras e a revitalização de 455 quilômetros de rodovias que cortam Pernambuco. Com o valor, que é 2,6 vezes maior que os R\$ 218,7 milhões usados no ano passado, também foi possível contratar sete projetos de restauração e de duplicação, da criação do Arco Metropolitano de Recife e até de construção de passarelas para pedestres.

Estas informações foram repassadas pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, à governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, durante reunião de trabalho nesta sexta-feira (19), em Recife. “O presidente Lula tem pedido essa aproximação com os governos estaduais. Vamos aplicar esse ano aproximadamente R\$ 600 milhões, sendo que R\$ 180 milhões já foram usados para a entrega de diversos trechos”, afirmou Renan Filho.

Ligação

A retomada do projeto do Arco Metropolitano de Recife é uma das principais obras planejadas para o estado. Com o objetivo de desviar o tráfego de veículos de carga pesada da região metropolitana do Recife, o empreendimento prevê a construção de uma pista dupla que ligue a BR-101 Norte à BR-101 Sul, ligando municípios e capitais do Nordeste sem a necessidade de percorrer trechos urbanos.

A revitalização da BR-232 de Recife a Caruaru também deve ter continuidade em 2023 assim como o início das obras de duplicação dessa mesma rodovia do trecho de 259,9 quilômetros, que vai de São Caetano a Serra Talhada. Outro ponto importante da reunião referiu-se à retomada das obras de duplicação da BR-104, de Caruaru a Toritama, que deve ocorrer ainda esse ano. Por fim, a obra de duplicação da BR-423, de São Caetano a Lajedo, deve ser iniciada no início do segundo semestre. Já a licitação do trecho de Lajedo a Garanhuns da mesma rodovia deve sair antes do fim do ano.

"Discutimos e pactuamos a recuperação da malha rodoviária de Pernambuco, que infelizmente hoje vai muito mal. Agradeço ao ministro pelos investimentos anunciados no nosso Estado e ressaltamos que vamos manter o diálogo permanente com o Governo Federal para trazer o melhor para Pernambuco", afirmou a governadora de Pernambuco.

Transnordestina

O Governo Federal também busca uma solução para retomar as obras do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, de Salgueiro até o porto de Suape. "O governo Lula entende que não tem estratégia de desenvolvimento para o Nordeste que não leve em conta a importância que o estado de Pernambuco tem para nossa região. Assim, a Transnordestina deve passar por Piauí, Ceará e também Pernambuco", destacou o ministro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 22/05/2023

AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN) É ARREMATADO POR R\$ 320 MILHÕES

No primeiro leilão do novo Governo Federal na área aeroportuária, ativo é concedido com com ágio de 41%



Primeiro leilão do novo Governo Federal na área aeroportuária é concedido com com ágio de 41%. - Foto:

O primeiro leilão de concessão do Governo Federal, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), ocorreu nesta sexta-feira (19), na B3, em São Paulo. O aeroporto de São Gonçalo do Amarante foi concedido à Zurich Airport International, vencedora do certame, por um lance de R\$ 320 milhões, ágio de 41% em relação ao lance mínimo.

Trata-se do primeiro ativo do setor de transportes a ser relicitado. A companhia deverá investir cerca de R\$ 295 milhões no ativo, principalmente em iniciativas de ampliação física e dos níveis de segurança operacional e de serviços prestados aos usuários, pelo prazo de 30 anos.

A sessão na Bolsa do Brasil contou com a presença do ministro da pasta, Márcio França; da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; do secretário Especial da Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti e do diretor-presidente da ANAC, Tiago Sousa Pereira.

Para Márcio França, o sucesso do certame demonstra a confiança do mercado no país. "Esse leilão reforça a postura do governo que acredita na parceria entre os setores público e privado. Uma relação que pode ser feita quando há uma modelagem correta, seriedade no processo e, acima de tudo, empresas competentes para operar", disse.

De acordo com o ministro, além da ampliação do acesso e a garantia da excelência do serviço oferecido aos usuários, o MPor está atuando para consolidar o setor aeroportuário como ator na retomada do crescimento econômico do País. "O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante tem uma localização estratégica e é muito importante para a integração do país. Vamos continuar trabalhando para fomentar o crescimento do setor e aquecer a economia", afirmou.

Relicitação

A relicitação é um ato voluntário e consiste na devolução amigável do ativo com a consequente realização de novo leilão e contrato de concessão com o vencedor do certame. O procedimento foi criado para gerar segurança jurídica e garantir a continuidade da prestação dos serviços, evitando

prejuízos à população, uma vez que a concessionária deve manter a qualidade e os requisitos de segurança operacional até que a nova empresa assuma as operações do empreendimento.

ASGA

Localizado a 30 quilômetros do centro de Natal, capital potiguar, o aeroporto foi o primeiro do Brasil a ser concedido à iniciativa privada, em 2011. O terminal é considerado o maior exportador de cargas do Nordeste, tem a segunda maior pista do Brasil e capacidade para receber 6 milhões de passageiros por ano.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 22/05/2023



PORTAL PORTO GENTE

SEDE DO G7, HIROSHIMA É SÍMBOLO DOS EFEITOS DA GUERRA

Redação Portogente

Encontro das maiores economias mundiais discute conflito na Ucrânia

* **Reprodução de matéria da Agência Brasil | Edição Lílian Beraldo**

A memória da primeira bomba atômica a ser lançada sobre uma cidade não é só preservada em Hiroshima, é cultuada como uma lição para a humanidade. Mas por que o governo norte-americano escolheu Hiroshima como alvo? Primeiramente, por ser uma cidade querida para os japoneses. Também pesaram na decisão a importância militar local e o fato de a cidade ser bastante populosa. Hiroshima é um porto e tinha mais de 300 mil habitantes na época.



Imagem reproduzida a partir da Agência Brasil. © Andrew Harnik/Pool via REUTERS

Um museu na cidade mostra o horror do que aconteceu. Primeiro foi a explosão da bomba atômica. Com raríssimas exceções, quem estava num raio de 2 quilômetros morreu. Depois, os focos de incêndio se transformaram em inferno de fogo que durou 4 horas. E teve também uma chuva radioativa.

No local, as poucas fotos daquele dia são chocantes. Há feridos, com terríveis queimaduras. Hiroshima tinha poucos médicos e enfermeiras, e quase todos morreram na explosão. Não havia remédios nem anestésicos. O sofrimento dos sobreviventes era intenso.

As áreas militares de Hiroshima ficavam longe do centro da cidade. Jogar a bomba na cidade tinha o intuito de matar o maior número de civis. Com um país completamente envolvido na guerra, com tantos homens lutando, essas pessoas eram basicamente mulheres, crianças e idosos.

Para os japoneses, Hiroshima virou o símbolo supremo da Segunda Guerra Mundial, que aliás, para eles, é vista como a guerra contra os Estados Unidos.

No momento onde a Rússia e a Coreia do Norte insinuam ameaças do uso de bombas atômicas, Hiroshima foi escolhida para sediar o G7, como prova viva da mortandade, da crueldade e do mais próximo que o ser humano chegou da ideia do que é o apocalipse.

Em entrevista à Agência Brasil, o embaixador do Japão no Brasil, Hayashi Teiji, afirmou que a escolha da cidade para sediar o evento tem relação com o atual momento histórico.

“Estamos em meio a efeitos negativos de desastres por navios, a crise internacional pela invasão Rússia na Ucrânia e, por isso, nosso primeiro-ministro [Fumio Kishida] decidiu presidir a cúpula do G7 em Hiroshima para falar sobre os problemas e desafios internacionais que estamos enfrentando hoje”, apontou.

Para Teiji, “Hiroshima é uma “cidade icônica sobre a paz e também sobre [os efeitos das] armas nucleares”.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 22/05/2023

LÍDERES PRESENTES À CÚPULA DO G7 VISITAM MEMORIAL DA PAZ

Redação Portogente

Local é dedicado às vítimas da bomba jogada na 2ª Guerra

** Reprodução de matéria da Agência Brasil | Edição Marcelo Brandão*

Líderes presentes à Cúpula do G7 visitaram na noite deste sábado (20/05) – já manhã de domingo no Japão – o Memorial da Paz, localizado em Hiroshima. É lá que está sendo realizado o encontro entre as sete maiores economias do mundo – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido – e oito nações convidadas, entre elas o Brasil.



Líderes do G7 visitam memorial, entre eles o presidente do Brasil, Lula.

Crédito: Reprodução de Agência Brasil | © Foto Ricardo Stuckert/PR.

O Memorial da Paz foi erguido como lembrança do ocorrido em 6 de agosto de 1945, quando uma bomba atômica foi jogada na cidade pelos Estados Unidos. O episódio ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que japoneses e norte-americanos lutavam em lados opostos. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, não

participou da visita.

Os líderes presentes à solenidade posaram para fotos com a Cúpula Genbaku ao fundo. Trata-se da estrutura mais próxima do local onde caiu a bomba a manter-se em pé. Ao redor da cúpula foi construído o Parque Memorial da Paz de Hiroshima. Nele, entre outros monumentos, está o Cenotáfio. Foi lá que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus pares posaram para fotos e depositaram flores. Naquele local há uma inscrição que diz: “Descansai em paz, pois o erro jamais se repetirá”.

“Visita ao Parque Memorial da Paz de Hiroshima, onde depositamos flores no Cenotáfio, monumento às vítimas da bomba atômica de Hiroshima. Que a humanidade jamais veja outra tragédia como essa”, disse Lula em sua conta em uma rede social, logo em seguida.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 22/05/2023

PRESIDENTE DO PORTO DE SANTOS AVALIA NAVIO-TANQUE COM POTÊNCIA DE 55 BOMBAS DE HIROSHIMA

Editor Portogente

Quase sempre sabemos onde, mas nunca sabemos quando as catástrofes vão acontecer. (Arsênio Oswaldo Sevá Filho, professor de Engenharia Mecânica da Unicamp, falecido em 2015)

A entrevista do técnico em meio ambiente e pesquisador Jeffer Castelo Branco para a jornalista Vera Gasparetto sobre os perigos à população da Baixada Santista por causa do navio-tanque de gás com potência de 55 bombas de Hiroshima, fundeado na cabeceira do estuário do Porto de Santos, é sempre atual e merece a necessária atenção das autoridades – do Porto e dos governos – municipais, federal e estadual. A entrevista foi concedida à jornalista Vera Gasparetto e publicada, com exclusividade no Portogente, em fevereiro de 2021.

Felizmente, a matéria do navio-bomba, como ficou conhecido, hoje é pauta da Comissão de Portos da Câmara Municipal de Santos. Espera-se que seja debatida, com rigor, a devida comunicação pública de risco.



Destroços da bomba de Hiroshima - 1945. Imagem de internet.

Veja mais * Navio-bomba: potencial equivalente a 55 bombas de Hiroshima no Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/114017-navio-bomba-potencial-equivalente-a-55-bombas-de-hiroshima-no-porto-de-santos>

Este caso traz à memória a explosão, no porto de Beirute, no Líbano, há dois anos, quando morreram 218 pessoas e mais de sete mil pessoas ficaram feridas. No

Porto de Santos, já era anunciada a tragédia que ocorreu em 2015, no incêndio de seis tanques da Ultracargo. Foi o maior desastre ambiental da história desse porto centenário. A cidade de Santos tem registrada em sua história a trágica explosão do gasômetro. Por tudo isso, qual a razão da indiferença, até agora, com o navio do grupo Cosan?

Veja ainda * Dia a Dia - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia>

Circula nas redes da internet vídeo de um vereador de Santos se manifestando recentemente contra o navio-tanque. Portogente está perguntando aos demais vereadores sobre a posição deles nesse caso. Sempre é bom destacar que o papel principal de uma Câmara Municipal é o de assegurar proteção e tranquilidade aos cidadãos.

O fundeio do navio está respaldado por uma documentação oficial e sobre isso deve se manifestar a autoridade eleita e com mandato legitimado pela sociedade brasileira. A denúncia do técnico é fundamentada em conhecimentos científicos, e não em gibis ou em conversas de WhatsApp. Ou também, como se fez com a pandemia da Covid-19, vamos desprezar a ciência? Passaremos a acreditar que a Terra é plana?

Veja ainda * Debater Porto-Cidade de Santos destaca o importante e o fundamental

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115409-debater-porto-cidade-de-santos-destaca-o-importante-e-o-fundamental>

Quem levanta a questão é um técnico e doutorando junto à renomada Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Portanto, a Câmara Municipal de Santos tem o dever constitucional de dar uma resposta à sociedade. Nessa linha de responsabilidades deve-se incluir os prefeitos municipais da região.

Uma população não pode estar tranquila se, de fato, estiver vivendo próxima a um potencial explosivo equivalente a 55 bombas de Hiroshima.

Veja também * Incêndio da Ultracargo: crime ou acaso?

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/99470-incendio-da-ultracargo-acaso-ou-crime>



Portogente vem buscando focar essa questão sob as múltiplas abordagens da relação porto/cidade. De pronto, é preciso simular uma eventual explosão e avaliar o impacto na população local, quais os planos de emergência etc. Ou seja, qual a formulação e implantação de medidas e procedimentos que existem para prevenir, reduzir e controlar os riscos desse navio com gás estocado?

O que se espera é que esse assunto, numa região com mais de 12 universidades, seja tratado com seriedade e competência científica.

Veja mais * Porto de Santos2050 pelos melhores caminhos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115123-porto-de-santos2050-pelos-melhores-caminhos>

Perguntado ao recém-empossado presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, sobre esse navio, ele informou que já se inteirou do tema e está programando com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para tratar sobre a competência legal de responder questões e até de tomar providências. Completou, destacando: justamente por conhecer o fato, quer falar com quem autorizou essa situação. Acreditamos que uma decisão prudente do novo presidente da Codesp, tendo em vista que a Antaq não conseguiu, ainda, convencer da misteriosa isenção da Marimex.

Veja também * Misteriosa isenção de R\$12,5 milhões no Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/103122-misteriosa-isencao-de-r-12-5-milhoes-de-outorga-a-marimex>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 22/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 22/05/2023

EDITORIAL – REMOÇÃO DE EMBARCAÇÕES NAUFRAGADAS NA GUANABARA, UM PASSO IMPORTANTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A recente iniciativa da PortosRio – a atual denominação da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) -, de remover embarcações e cascos abandonados na Baía de Guanabara, é uma ação fundamental para intensificar a segurança na navegação nos portos do Rio de Janeiro e Niterói. A atividade, que envolve várias entidades, ainda demonstra a determinação em evitar a poluição e garantir a eficiência operacional desses complexos marítimos.

A presença de embarcações abandonadas há décadas tem representado uma ameaça à segurança da navegação e ao meio ambiente. Essa questão crônica não pode mais ser negligenciada. É louvável que o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, tenha solicitado à nova diretoria da PortosRio essa missão vital. É hora de agir e resolver definitivamente esse problema em benefício de todos os usuários da Baía de Guanabara.

A retirada bem-sucedida da primeira embarcação, próxima ao cais do Porto de Niterói, é um passo importante para alcançar esse objetivo. Com um total de 51 embarcações a serem removidas, a PortosRio, em conjunto com a Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar, a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), está trabalhando em estreita colaboração para concluir essa tarefa em aproximadamente um ano e meio.

A definição de um cronograma de remoção, baseado no mapeamento realizado pela Capitania dos Portos, é essencial para garantir um processo organizado e eficiente. Começando pelas embarcações menores e posteriormente abordando a retirada dos navios, essa abordagem estratégica considera fatores como localização e dimensões, tornando as operações mais complexas mais gerenciáveis.



Além disso, é encorajador ver a preocupação com o destino dos materiais recolhidos. A catalogação cuidadosa e a triagem são passos essenciais para identificar o que pode ser reaproveitado e direcionado para a reciclagem adequada. O descarte será realizado em conformidade com as normas ambientais, evidenciando o compromisso das autoridades portuárias em preservar o meio ambiente durante todo o processo.

Essa ação empreendida pela PortosRio destaca a necessidade de todas as novas administrações das autoridades portuárias, nomeadas pelo ministro Márcio França, resolverem problemas crônicos em seus complexos marítimos. Os portos são essenciais para o desenvolvimento econômico e devem estar preparados para enfrentar os desafios do futuro. A remoção das embarcações naufragadas é apenas um exemplo dos problemas pendentes que precisam ser solucionados para garantir a segurança e o bom funcionamento dos portos.

É imperativo que todas as autoridades portuárias adotem uma postura proativa em relação às questões que afetam suas operações. A modernização das infraestruturas, o aprimoramento dos sistemas de segurança e a implementação de práticas sustentáveis são fundamentais para garantir a competitividade e a eficiência dos portos.

Os portos do Rio de Janeiro e Niterói estão diante de uma oportunidade crucial de resolver questões históricas e preparar-se adequadamente para o futuro. A ação em andamento da PortosRio é um exemplo inspirador, demonstrando que é possível enfrentar desafios e promover mudanças significativas. Devemos apoiar e incentivar outras administrações portuárias a seguirem o mesmo caminho, buscando soluções para os problemas crônicos que afetam nossos complexos marítimos.

A remoção das embarcações naufragadas é um passo fundamental, mas apenas o começo de uma jornada mais ampla em direção a portos mais seguros, eficientes e sustentáveis. É tempo de agir e de colocar em prática uma visão de futuro para nossos portos, onde a segurança, a proteção ambiental e a excelência operacional sejam prioridades. A colaboração entre todas as partes interessadas é essencial para garantir o sucesso dessa empreitada e para que nossos portos estejam prontos para enfrentar os desafios que o futuro reserva.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

BÉLGICA 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, embarca nesta segunda-feira, dia 22, para a Bélgica, para visitas a instalações portuárias e aeroportuárias e, ainda, reuniões com autoridades e empresas. No total, ele passará cinco dias no país europeu. Parte dessa agenda integra a missão técnica da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), que passará pelos complexos marítimos de Antuérpia, Ghent e Zeebrugge.

BÉLGICA 2

França também irá ao Aeroporto de Bruxelas e conhecerá dois projetos de túneis submersos - este é o tipo de ligação seca que está planejado para ser construído no Porto de Santos (SP), ligando as duas margens do canal de navegação, nas cidades de Santos (SP) e Guarujá (SP). Um dos túneis é o do Rio Scheldt (em português, Rio Escalda), que terá 1,8 quilômetro de extensão e irá integrar oanel viário de Antuérpia. O outro é o de St. Anna, também abaixo do mesmo rio, na cidade de Antuérpia.

TRANSNORDESTINA

O ministro dos Transportes, Renan Filho, garantiu à governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, que o estado será reincorporado ao projeto da Ferrovia Transnordestina. O compromisso foi confirmado em reunião dos dois no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo pernambucano, na sexta-feira da semana passada. A ideia é incluir um ramal ferroviário ligando Salgueiro, no Sertão, ao Porto

de Suape, na Região Metropolitana do Recife. Segundo Renan, sua equipe está negociando com a concessionária a captação de investidores privados para essa nova obra.

INVESTIMENTO AEROPORTUÁRIO

A Bahia se prepara para ampliar a infraestrutura aeroportuária. Na semana passada, o Governo do Estado publicou o aviso de licitação para a construção e a concessão do novo Aeroporto Internacional Costa do Descobrimento, a ser implantado em Santa Cruz Cabralia, na região Sul da Bahia. O empreendimento será viabilizado a partir de uma parceria público-privada com o Estado. De acordo com o projeto, o empreendimento, de R\$ 1,3 bilhão, ocupará uma área de 300 hectares, com uma pista de pouso e decolagem de três quilômetros de extensão e um terminal de passageiros com 48 mil metros quadrados.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/05/2023

NACIONAL - PLANALTO SOFRE PRESSÃO PARA QUE MP DO PERSE NÃO VOLTE À CÂMARA

Entre outras sugestões, o texto prevê a isenção do pagamento da contribuição do Pis/Pasep e do Cofins pelo setor aéreo

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O Governo vem sendo pressionado sobre a MP porque os parlamentares não concordam com o direcionamento de 5% da arrecadação do Sesc e do Senac à Embratur
Crédito: Roque de Sá/Agência Senado

O Governo Federal está articulando junto ao Senado para que a Medida Provisória (MP) 1147/2022, conhecida como MP do Perse, não volte para a análise da Câmara dos Deputados o texto que, entre outras sugestões, isenta o pagamento da

contribuição do Pis/Pasep e do Cofins pelo setor aéreo.

O Palácio do Planalto sofre pressão sobre a matéria porque os parlamentares não concordam com o direcionamento de 5% da arrecadação do Sesc e do Senac à Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

Qualquer alteração é vista como um risco para o Governo e para os interessados nas mudanças previstas pela medida. Isso porque o texto caduca no próximo dia 31 e precisa ser votado até o dia 30. A relatora da MP é a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB).

Diante dos riscos, o Governo avalia ceder para que a MP seja apenas suprimida, não alterada. O que está sendo articulado nos corredores do Senado é a que o Governo edite um decreto ou uma nova MP que define outra forma de financiar a Embratur.

Na última reunião do colégio de líderes do Senado, o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), confirmou que existe a tendência de supressão do trecho que trata do financiamento da Embratur. A possibilidade de taxação de bagagens, levantada entre os setores do comércio e parlamentares, está praticamente descartada, segundo senadores que fazem parte da articulação.

A demora na análise do texto pelo Senado também preocupa outros interessados no setor aéreo. A tramitação da MP 1147 é objeto de discussão dos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Civil (FPAviação). O deputado Felipe Carreras (PSB-PE), presidente do colegiado, informou que os membros da Frente estavam dialogando com Daniella Ribeiro em busca de incluir alguns pleitos do setor, como a extensão da isenção dos impostos para táxis aéreos.



A presidente da Abear, Jurema Monteiro, ressaltou que o setor conta com a aprovação da MP. “Para nós é importante. É uma revisão de tributos do setor que já está prevista no orçamento e ajuda nesse ambiente de custos”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2023

NACIONAL - ALCKMIN E MINISTRO DA DEFESA DISCUTEM SOLUÇÃO PARA CRISE NA AVIBRAS

Empresa que desenvolve e fabrica produtos e serviços de defesa está com dívidas de pelo menos R\$ 640 milhões e em recuperação judicial

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o ministro da Defesa, José Múcio, discutiram na última sexta-feira (19) soluções para a crise na Avibras.

A empresa brasileira que projeta, desenvolve e fabrica produtos e serviços de defesa está com dívidas de pelo menos R\$ 640 milhões e em recuperação judicial há mais de um ano. Segundo José Múcio, a Avibras “precisa da gestão do Governo para superar suas dificuldades. E isso será feito”.

“É uma pauta que nós estamos já há muito tempo. Ainda não temos uma solução, estamos trabalhando. É uma indústria importante e estratégica para o Brasil”, disse Múcio.

Segundo ele, apesar do diálogo, ainda não há solução para a situação da empresa. “A solução ainda está caminhando. A própria Avibras está trabalhando para conseguir novos sócios para ver como é que nós podemos [...] Estamos ajudando na gestão das negociações, mas os interlocutores não são ainda definidos”, explicou.

De acordo com Múcio, o prazo da assembleia dos credores foi postergado. “Por isso que nós estamos procurando [...] nós vamos ter até 30 de junho ou 30 de julho. Mas temos um tempo dado pela Justiça para nós tratarmos o assunto”

A Avibras sofre os impactos negativos da pandemia de Covid-19, com o redirecionamento do orçamento da Defesa para o Ministério da Saúde em diversas regiões durante a crise sanitária. A empresa chegou a anunciar a demissão de 420 funcionários. Mas o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) conseguiu reverter as demissões e o corte foi transformado em suspensão temporária dos contratos de trabalho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2023

REGIÃO NORDESTE - SUAPE RECEBE PRIMEIRA VISITA OFICIAL DA COMISSÃO DO SENADO QUE DEBATE H2V

Comissão tem prazo de dois anos para debater políticas públicas sobre o hidrogênio verde

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

O Porto de Suape (PE) foi escolhido pela Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (H2V) do Senado para a primeira visita externa do colegiado, realizada na última sexta-feira (19).

A comissão tem um prazo de dois anos para debater políticas públicas sobre o hidrogênio verde, com o objetivo de fomentar o ganho em escala de geração de energia limpa e incentivos para a produção do combustível do futuro.

O plano de trabalho do colegiado inclui visitas para conhecer as iniciativas já em andamento no país, a fim de obter subsídios que embasem a elaboração de políticas públicas que fomentem a tecnologia de geração de energia limpa.



Os senadores conheceram a estratégia de Pernambuco para atrair negócios e se tornar um polo produtor de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco no hidrogênio verde Crédito: Divulgação/Suape

No encontro em Suape, os senadores conheceram a estratégia de Pernambuco para atrair negócios e se tornar um polo produtor de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco no hidrogênio verde.

“Estudos realizados por empresas de pesquisa internacionais, como a BloombergNEF, indicam que o Brasil tem condições de se tornar um dos principais produtores e exportadores mundiais de hidrogênio verde e o Complexo de Suape oferece localização estratégica e as condições necessárias se transformar um dos principais polos de produção de H₂V do país”, pontuou o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti.

O secretário fez uma apresentação para os senadores Cid Gomes, presidente da comissão, e Fernando Dueire, que integram o colegiado. Cavalcanti destacou a infraestrutura do complexo e como a produção de H₂V dialoga com a tradição de geração de energia limpa de Pernambuco, representada pelo etanol e usinas de biomassa do setor sucroenergético, além da instalação recente de projetos de energia solar e eólica no Estado.

“Além de conhecer o que está sendo desenvolvido em Pernambuco, queremos nos colocar à disposição para contribuir nesse trabalho. O Brasil precisa amadurecer uma legislação, uma regulação, que possa dar segurança à iniciativa privada para que possam ocorrer investimentos na área de pesquisa e produção do hidrogênio verde”, comentou o senador Cid Gomes, que preside a comissão.

O senador por Pernambuco Fernando Dueire explicou que o trabalho da comissão é propor um conjunto de políticas públicas que possam balizar a produção de hidrogênio verde no Brasil, fortalecendo as bases tecnológicas na busca de diminuição de custos, aumento da eficiência, formação de capital humano, planejamento energético, regulação e cooperação internacional.

Além de Cid e Fernando, completam a comissão como membros titulares os senadores Otto Alencar; Astronauta Marcos Pontes; Luís Carlos Heinze; Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Como suplentes estão os senadores Ciro Nogueira; Eduardo Girão e Eliziane Gama.

TecHub Suape

Um dos projetos apresentados ao colegiado foi o TecHub H₂V, iniciativa liderada pela CTG Brasil, uma das principais empresas de geração de energia limpa no país, em parceria com o Departamento Nacional do Senai, Senai Pernambuco e o Governo do Estado. O empreendimento deve contribuir no processo de descarbonização do complexo, por meio do projeto Carbono Zero.

Idealizado em julho de 2022, o TecHub é uma plataforma de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco no H₂V. O empreendimento será voltado para a implementação, em Suape, de projetos inovadores nas áreas de produção, transporte, armazenamento e gestão de hidrogênio verde, num investimento de até R\$ 45 milhões.

As propostas foram selecionadas por meio de chamada pública promovida pelo Senai e pela CTG Brasil.

Para o presidente de Suape, Marcio Guiot, o espaço será um ambiente voltado para novos modelos de negócio na transição energética.

“Nosso objetivo é que seja um local preparado para receber novas tecnologias voltadas para o mercado da descarbonização”, detalhou o executivo.

O empreendimento ocupará uma área de 1,38 hectares, a apenas 1 quilômetro do edifício-sede de Suape. A estrutura contemplará usinas solares, três usinas de hidrogênio verde, conjunto de contêineres para o desenvolvimento de projetos, estações de abastecimentos de H2V, além de outros equipamentos que transformarão o porto pernambucano em um laboratório vivo em escala real, com a infraestrutura necessária para o desenvolvimento, testagem e experimentação de soluções na cadeira do hidrogênio de baixo carbono.

As obras vão ser iniciadas este ano e a operação da planta está prevista para 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO INICIA FORÇA-TAREFA PARA REMOVER EMBARCAÇÕES ABANDONADAS NA BAÍA DE GUANABARA

Autoridade Portuária quer retirar 51 unidades; trabalhos devem ser concluídos em um ano e meio

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



O processo de retirada começará pelas embarcações menores e, posteriormente, envolverá a retirada dos navios, o que requer operações mais complexas Crédito: Divulgação/PortosRio

A PortosRio, nova denominação da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), deu início, na última semana, a uma força-tarefa cujo objetivo é remover embarcações e cascos abandonados na Baía de Guanabara. A ação é feita em conjunto com outras entidades e visa preservar a

segurança da navegação, evitar a poluição das águas e garantir a eficiência operacional dos portos do Rio de Janeiro e Niterói. A expectativa é que os trabalhos de remoção sejam concluídos em aproximadamente um ano e meio.

Álvaro Savio, o novo diretor-presidente da PortosRio, afirmou que essa missão foi um pedido do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, à nova diretoria da companhia. “A maioria dessas embarcações está abandonada há décadas e não podemos mais esperar. É hora de agir e resolver definitivamente essa questão, em benefício de todos os usuários da Baía de Guanabara, com o intuito de minimizar os riscos à navegação e ao meio ambiente”.

Segundo anunciou a Autoridade Portuária, a primeira embarcação foi retirada com sucesso na última quarta-feira. Com cerca de 20 metros, ela estava próxima ao cais do Porto de Niterói. Ao todo, são 51 embarcações para serem removidas da água.

Além da PortosRio, a força-tarefa conta com apoio da Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar, a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

De acordo com a companhia, a Capitania dos Portos realizou o mapeamento das embarcações. A partir dessas informações, a força-tarefa vai definir o cronograma de remoção ainda neste semestre. O processo começará pelas embarcações menores e, posteriormente, envolverá a retirada dos navios, o que requer operações mais complexas, dependendo de fatores como localização e dimensões.

Os materiais recolhidos serão cuidadosamente catalogados e passarão por uma triagem.

“O que for possível aproveitar será destinado à reciclagem. Já o descarte será feito em uma área apropriada, de acordo com as normas ambientais”, explicou o diretor-presidente da Autoridade Portuária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2023

PORTUGAL - PORTO DE LEIXÕES EXPORTA MAIS 2 MIL VEÍCULOS DA AUTOEUROPA

Esta é a terceira operação deste tipo neste ano, após a montadora voltar usar o complexo em janeiro
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A exportação de veículos via Porto de Leixões pela montadora Autoeuropa foi retomada após um hiato de quatro anos Crédito: Divulgação

O Porto de Leixões, em Portugal, foi palco na última semana de mais uma operação de embarque dos veículos da Autoeuropa (Volkswagen Europa), que voltou a operar pelo complexo em janeiro deste ano, após ficar sem espaço de armazenamento na fábrica de Palmela, também no país europeu.

Na operação atual, mais de 2 mil veículos foram embarcados com destino a Emden, na Alemanha. A cena chamou a atenção por ser pouco frequente no complexo portuário, pela quantidade de veículos e por envolver um dos maiores navios Ro-Ro do mundo movido a GNL (gás natural liquefeito), como destacou a APDL em comunicado, Autoridade Portuária que administra o Porto de Leixões.

O Ro-Ro Siem Aristotle tem 200 metros de comprimento, 38 metros de largura e um calado máximo de 10 metros. Por ser movido a GNL, a emissão de gases de efeito estufa é reduzida em relação aos navios abastecidos com diesel. O navio partiu no sábado (20) do complexo português.

A exportação de veículos via Leixões pela montadora foi retomada após um hiato de quatro anos. Desde janeiro de 2023, milhares de automóveis produzidos na fábrica da Autoeuropa, em Palmela, são encaminhados para o complexo por comboio em uma operação que envolve a Rodocargo, responsável pela montagem da operação logística, a Pecovasa (que detém os vagões) e a Medway (que assegura a tração).

A estimativa prevê a realização de 50 comboios, sendo cinco por semana, transportando cada um 115 viaturas. A partir de Leixões, os automóveis seguem para o Porto de Emden, na Alemanha, onde há um hub da Volkswagen.

Falta de espaço

A montadora vem sofrendo com falta de espaço para armazenar os carros na fábrica desde o segundo semestre do ano passado. Isso porque a falta de chips que são instalados nos veículos obrigou a companhia a fabricar carros inacabados que foram sendo estacionados, de forma temporária, no exterior da fábrica e no Porto de Setúbal, por onde é escoada a maior parte da produção.

Pouco tempo depois, o complexo portuário já não tinha espaço suficiente para os automóveis do grupo alemão Volkswagen e, por isso, foi necessário recorrer a outros parques, como Leixões, que tem capacidade para receber navios Ro-Ro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

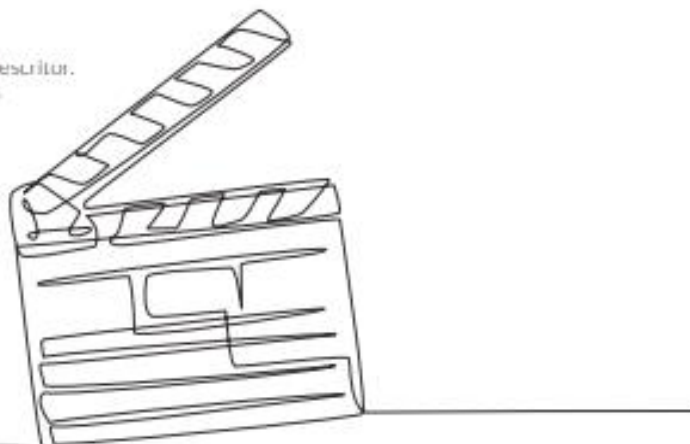
Data: 22/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - Z



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Engenheiro, pesquisador universitário e escritor.
Membro da Academia Santista de Letras
opinioao@portalbenews.com.br



“Z” é um ultrapremiado – inclusive com o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro e Globo de Ouro, em 1970 – filme de 1969, dirigido por Costa Gravas. Além de ser, talvez, o título mais curto da história do cinema, esse filme é poderoso, até por ter o poder como tema, algo bem ao gosto desse cineasta grego, naturalizado francês.

O cenário é a Grécia do início da década de 1960. Um deputado de oposição (Yves Montand) é assassinado, mas tudo é orquestrado para parecer um acidente. No entanto, um dos suspeitos é perseguido e, após uma luta, ao som de um impressionante tema, composto por Mikis Theodorákis, é detido.

A desconfiança sobre o motivo do crime começa quando o preso, ao ser interrogado, pergunta despreocupadamente quando será servido o “ragu”, na certeza de que logo seria liberado.

Um juiz (Jean-Louis Trintignant) passa a instruir o caso e, durante a investigação, descobre que o assassinato ocorreu por motivação política, pois o deputado era considerado uma ameaça ao governo. Todo o processo vai sendo noticiado na TV.

A investigação chega ao poder e, cada um dos investigados age de forma arrogante, considerando uma ousadia e, até um absurdo serem investigados. Talvez se considerassem insofismáveis, intocáveis. Não à toa, o título do filme, em Portugal, é “Z – A Orgia do Poder”.

Os testemunhos e as evidências afloram, confirmando a motivação política do assassinato e a veracidade da corrupção e de outros crimes que o deputado iria denunciar. Todos os envolvidos, inclusive os poderosos, são condenados, o que fez a plateia do cinema em que o vi, no final dos anos de 1970, comemorar efusivamente.

No entanto, esse momento mágico é abruptamente quebrado, quando a câmera se aproxima de quem apresentava o telejornal, enquanto os crimes e prisões eram relatados, para, em seguida se distanciar, com outra pessoa narrando, então, acidentes fatais e mortes de todos os que haviam participado das investigações, inclusive o juiz. Quem apresentava também fora “descartado”, na “revisão do processo”.

Creio que a maioria das pessoas que assistiram esse filme, assim como eu, saiu do cinema acabrunhada com o desfecho, principalmente por nos lembrar que a vida imita a arte, como a arte imita a vida.

Vi esse filme apenas uma vez, há mais de trinta anos. Mas seu enredo tem se repetido com frequência desde então, no cotidiano, sempre com resultados nefastos e negação de valores morais e éticos que deveriam ser cláusula pétrea de quem se propõe a exercer poder.



O juiz do filme agiu em nome da justiça cega, ignorando o poder de quem investigava. Foi vítima de sua integridade! Mas, será que os que o sucederam foram cegos de outra forma?

Vi certa vez um juiz discursar, garantindo que sua conduta seria íntegra, com a assistência o aplaudindo de pé!

Lembrei de meu pai, que sempre que eu lhe contava algo correto que havia feito, respondia: "Não fez mais nada além do que sua obrigação"!

Mas aqueles aplausos também poderiam significar surpresa pela afirmação do palestrante, quase uma esperança ou súplica da sociedade, o que é preocupante.

A mensagem, mais ou menos óbvia, de "Z" é de que desafiar o poder é perigoso, até porque o corporativismo e "rabos presos", por cumplicidade ou gratidão, o tornam rizomático, com tramas espalhadas em vários níveis, mesmo nos, em tese, insuspeitáveis, qualquer que seja o regime político, ideologia ou crença predominante.

Mas "Z" é apenas um filme.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 21/05/2023

EDITORIAL – SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A assinatura do acordo de cooperação entre Brasil e Chile, para adoção do sistema de pre-listing na habilitação de estabelecimentos exportadores de carnes, marca um importante passo em direção à facilitação do comércio exterior entre os dois países. A iniciativa, realizada no âmbito do Acordo de Livre Comércio bilateral, traz benefícios mútuos ao desburocratizar o acesso de novas plantas exportadoras brasileiras ao mercado chileno.

O novo sistema permitirá que a habilitação sanitária de frigoríficos seja realizada pelo próprio país exportador, seguindo as normas do país importador. Isso dispensará a necessidade de habilitação e inspeção individual por autoridades chilenas, agilizando consideravelmente o processo. Com essa conquista, o Brasil se torna o primeiro país latino-americano a deter um mecanismo de habilitação delegada com o Chile, o que reflete o alto nível de confiança no controle sanitário nacional, reconhecido pelos mais de 150 países que consomem as carnes brasileiras.

Além dos benefícios imediatos para o setor de carnes, o acordo também abre perspectivas para ampliar sua aplicação a outros produtos. Essa expansão seria de grande valia para impulsionar o comércio bilateral em diferentes setores, fortalecendo ainda mais a parceria entre as nações.

A simplificação dos procedimentos aduaneiros e o aumento da eficiência na liberação de mercadorias são objetivos compartilhados por muitos países ao redor do mundo. Embora a proteção das fronteiras e o controle de entrada e saída de mercadorias continuem sendo prioridades, a busca por maiores agilidade e simplificação é uma tendência crescente. Nesse contexto, a atuação com inteligência se faz essencial.

É fundamental que os governos invistam em tecnologia e processos inteligentes que facilitem e agilizem o comércio internacional, reduzindo barreiras desnecessárias e burocracias excessivas. A adoção de mecanismos como o sistema de pre-listing evidencia o compromisso desses países em promover um ambiente favorável aos negócios e à expansão do comércio.



O caso Brasil-Chile é apenas um exemplo do potencial que a facilitação do comércio pode trazer para as economias nacionais. Ao simplificar os procedimentos de exportação, promover a confiança mútua e reduzir a carga burocrática, os países podem impulsionar o crescimento econômico, estimular o investimento estrangeiro e fortalecer sua posição no comércio internacional.

A assinatura desse acordo é fruto do trabalho conjunto dos ministérios da Agricultura e Pecuária e das Relações Exteriores do Brasil, contando com o apoio da embaixada chilena em Brasília. Essa colaboração interministerial e internacional é essencial para alcançar avanços significativos na facilitação do comércio e promover o desenvolvimento sustentável.

À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, é crucial que os países continuem a buscar formas inteligentes e eficientes de facilitar o comércio exterior. A agilidade e a simplificação de procedimentos aduaneiros não apenas beneficiam as economias nacionais, mas também fortalecem os laços entre as nações, promovendo um ambiente de confiança e cooperação mútua. O exemplo do Brasil e do Chile deve ser seguido por outros países que desejam impulsionar seu comércio exterior e promover o crescimento econômico sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AEROPORTOS 1

O impasse que marca a situação dos aeroportos do Galeão (Rio de Janeiro/RJ) e de Viracopos (Campinas/SP) terá uma solução nos próximos dias, afirmou ontem o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, em entrevista após o leilão do aeroporto de Natal (RN) na B3, em São Paulo. Nos dois casos, as empresas que venceram os leilões para a concessão dessas instalações chegaram a anunciar a intenção de desistir da gestão e, assim, devolver esses avos ao Governo Federal. Mas ambas voltaram atrás.

AEROPORTOS 2

No caso do Galeão, uma reunião foi marcada entre a concessionária do aeroporto, a Changi, e o Ministério de Portos e Aeroportos para o final do mês. A expectativa é que, nesse encontro, a empresa anuncie, oficialmente, a vontade de se manter à frente da instalação. Enquanto isso, a Advocacia Geral da União analisa este caso e o de Viracopos.

LOW COST

O ministro Márcio França também afirmou que as companhias aéreas “low cost” - baixo custo, em tradução livre do inglês - devem começar a atuar no Brasil até o final do ano. Essas empresas oferecem cada item do voo - como alimentação e o transporte de bagagem - como opcional e, assim, a passagem pode ser barateada. Segundo França, essa é uma das medidas que ele considera necessárias para atingir sua meta, que é ter 20% da população brasileira viajando de avião. Atualmente, o índice é de 10%.

COMBUSTÍVEL

Outra estratégia para tornar o modal aeroviário mais acessível aos brasileiros é reduzir o preço das passagens aéreas. E para isso, Márcio França quer diminuir o preço do querosene de aviação (QAV). O ministro relatou que tem debatido a questão com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. França afirma que “a parte mais difícil já foi feita!”, referindo-se à queda nos preços do diesel e da gasolina. Segundo ele, o QAV representa 3% da receita da petrolífera, mas responde por 40% do valor de uma passagem aérea.

DOCAS DO CEARÁ

O Governo Federal definiu quem irá presidir a Companhia Docas do Ceará (CDC). Trata-se de ex-deputado federal do PSB Denis Anderson da Rocha Bezerra. Nascido no Ceará, ele é advogado e foi eleito para a Câmara em 2018.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

NACIONAL - NEGATIVA DO IBAMA À BUSCA DA PETROBRAS POR PETRÓLEO CAUSA CRISE ENTRE MINISTROS

Ministro de Minas e Energia apoia operação da estatal na foz do Rio Amazonas; já a ministra do Meio Ambiente é contra

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



Incumbido de apurar as arestas entre os ministros, Geraldo Alckmin se reuniu com eles, primeiro com Alexandre Silveira, de Minas e Energia Crédito: Cadu Gomes/MDIC

NESTA SEXTA-FEIRA (19), COM A AUSÊNCIA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, QUE ESTÁ NO JAPÃO, O VICE-PRESIDENTE E MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, GERALDO ALCKMIN, FICOU ENCARGADO DE MEDIAR O CONFLITO

A negativa do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) em conceder licença ambiental à Petrobras para explorar a região na foz do Rio Amazonas em busca de petróleo causou uma crise política na Esplanada dos Ministérios. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, se desentenderam.

Para Silveira, a região é considerada o “novo pré-sal”, já Marina Silva considera os estudos que mostram que a Foz do Amazonas é extremamente sensível por abrigar unidades de conservação, vasta biodiversidade marinha e está muito próximo de terras indígenas.

Nesta sexta-feira (19), com a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está no Japão, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ficou encarregado de mediar o conflito.

Alckmin recebeu os dois ministros nesta sexta-feira (19) no Palácio do Planalto. Os dois saíram pela garagem para evitar falar com a imprensa, mas interlocutores da União afirmam que a decisão do Ibama de barrar o licenciamento foi um pedido pessoal da ministra Marina Silva, o que causou conflito.

O local faz parte da Margem Equatorial e se estende por mais de 2.220 quilômetros do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, próximo à linha do Equador. Segundo o Governo, o espaço tem grande potencial para descobertas de petróleo, próximo da Guiana, onde foram descobertos mais de 11 bilhões de barris.

A Petrobras informou que atendeu “rigorosamente” todos os requisitos do processo de licenciamento para explorar a região na Foz do Rio Amazonas em busca de petróleo. Em nota, a empresa, que teve a solicitação de licença ambiental para fazer perfurações no local negada pelo Ibama, disse que exercerá seu direito de apresentar Pedido de Reconsideração perante a presidência do instituto. O objetivo é “demonstrar o atendimento de todas as exigências reiteradamente apresentadas pelo órgão licenciador federal no curso do processo de licenciamento”.



O vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio se encontrou depois com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva

A Petrobras reservou US\$ 3 bilhões no plano estratégico de 2023 a 2027 para perfuração de 16 poços na área. O projeto é considerado prioritário para o governo federal. O recurso apresentado pela Petrobras foi um pedido feito pelo Ministério de Minas e Energia.

“A Petrobras informa que recebeu o ofício, por meio do qual o Ministério de Minas e Energia (“MME”) solicita que a Petrobras, dentro das suas regras de governança e, em observância à estrita legalidade, reitere o pleito de licenciamento da atividade junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (“Ibama”), envidando todos os esforços necessários ao atendimento das condicionantes e comprovação da adequação do projeto para a prospecção segura e sustentável da área”, informou a empresa mais cedo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/05/2023

NACIONAL - BRASIL E CHILE FIRMAM ACORDO PARA DESBUROCRATIZAR HABILITAÇÃO DE EXPORTADORES DE CARNES

País torna-se o primeiro país latino-americano a deter mecanismo de habilitação delegada os chilenos

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



No ano passado o Chile foi o quinto destino das exportações de carne bovina brasileira; o terceiro de carne suína e o 14º de carne de aves Crédito: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O ACORDO DE COOPERAÇÃO É RESULTADO DO TRABALHO CONJUNTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. PELO LADO CHILENO, O APOIO VEIO DA EMBAIXADA DO PAÍS EM BRASÍLIA

O Brasil e o Chile assinaram na última quinta-feira (18) um acordo de cooperação para adoção do sistema de pre-listing para habilitação de estabelecimentos exportadores de carnes (bovina, suína, ovina e de aves). A parceria foi feita no âmbito do Acordo de Livre Comércio entre os dois países.

Com a cooperação, a habilitação sanitária de frigoríficos para exportação será feita pelo próprio país exportador, em conformidade com as regras do país importador.

Na prática, o sistema desburocratiza o acesso de novas plantas exportadoras brasileiras ao mercado chileno, dispensando a necessidade de habilitação e inspeção individual por autoridades chilenas.

O Brasil torna-se, assim, o primeiro país latino-americano a deter mecanismo de habilitação delegada com o Chile, o que, para o governo, “atesta o alto nível de confiança no controle sanitário nacional, cujo rigor é reconhecido pelos mais de 150 países que consomem as carnes brasileiras”.

O Brasil espera que o instrumento possa, no futuro, abranger outros produtos além das carnes.

O acordo de cooperação é resultado do trabalho conjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Pelo lado chileno, o apoio veio da embaixada do país em Brasília.

Em 2022, o Chile foi o sexto destino das exportações totais brasileiras, sendo o terceiro destino para carne suína, quinto para carne bovina e 14º de carne de aves. O Brasil é o terceiro principal sócio comercial do Chile no mundo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

REGIÃO SUL - NAVIO-VELEIRO CISNE BRANCO ESTARÁ ABERTO PARA VISITAÇÃO NO PORTO DE PARANAGUÁ

Embarcação da Marinha atracou na sexta-feira; população poderá visitá-lo nestes sábado e domingo

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O Cisne Branco possui comprimento total de 76 metros, tem um deslocamento carregado de 1.038 toneladas, uma tripulação de 42 militares Crédito: Divulgação/Marinha do Brasil

O navio-veleiro Cisne Branco, da Marinha do Brasil, atracou no Porto de Paranaguá nesta sexta-feira (19) e estará aberto para visita do público durante o final de semana. A embarcação militar segue sua programação, na qual percorre portos brasileiros das regiões Sul e Sudeste para se tornar atração da população local.

Conforme anunciou a Portos do Paraná, Autoridade Portuária que administra os portos de Paranaguá e Antonina, a entrada será gratuita no navio mediante apresentação de documento de identidade com foto e uso de calçado fechado.

Segundo a Autoridade Portuária, no cais não será necessário o uso de EPI (equipamento de proteção individual) porque todos os visitantes passarão em uma área reservada, mas fica obrigatório o uso de calçados fechados (tênis, botas e sapatos sem salto, por exemplo).

Outra dica orientada pela Portos do Paraná é que cada visitante leve sua garrafa de água para questões de hidratação durante o passeio pela embarcação. O acesso para os visitantes se dará pelo Palácio Dom Pedro II, na Avenida Portuária, sem número.

O Cisne Branco é um navio de representação da Marinha do Brasil que em uma temporada faz uma turnê internacional e em outra, um giro pela costa brasileira. Neste ano, está percorrendo portos brasileiros do Sul e Sudeste, em um tour chamado Brasil 2023.

A viagem iniciou em abril, saindo do Rio de Janeiro. Ao todo, o Cisne Branco percorrerá cerca de 3,5 mil quilômetros pelos mares do Sul e Sudeste do país, até retornar ao Rio em junho.

A embarcação possui comprimento total de 76 metros, tem um deslocamento carregado de 1.038 toneladas, uma tripulação de 42 militares (10 oficiais e 32 praças) e propulsão a diesel e vela.

No último final de semana do mês de abril, o Cisne Branco atracou no Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde abriu para visita do público por três dias. Mais recentemente, nesta semana, o navio-veleiro da Marinha esteve no Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, onde a população pode visitá-lo no dia 16.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

REGIÃO NORDESTE - EMPRESA SUÍÇA ARREMATA AEROPORTO DE NATAL EM PRIMEIRA RELICITAÇÃO DO PAÍS

Leilão marca também a primeira concessão do governo Lula

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O ministro Márcio França esteve presente no leilão e provocou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao bater o martelo

A empresa suíça Zurich Airport International AG venceu o leilão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), que atende ao município de Natal, com lance de R\$ 320 milhões, um ágio de 41% (R\$ 93 milhões) em relação ao valor inicial da proposta, que era de R\$ 226,9 milhões.

O pregão realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aconteceu na manhã de sexta-feira (19), na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, na capital paulista, e marcou o primeiro caso de relicitação do país e a primeira concessão do atual governo. A concessão será de 30 anos.

A NK 230 Empreendimentos e Participações SA, que conta com participação da XP, também fez parte da concorrência e ofertou R\$ 231 milhões pelo ativo. A partir de então, foram 26 propostas até a definição da vencedora.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, participou presencialmente do leilão e após o encerramento disse que o resultado mostra a relevância da conciliação entre o público e o privado.

Na hora da tradicional batida do martelo, o ministro deu pancadas de leve e fez uma pequena provocação ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, cujas marteladas com força se tornaram marca registrada. “Eu vou fazer bem suave para contrastar lá com o Tarcísio”, disse França.

Nas redes sociais, ele postou: “Leilão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante concluído com sucesso! Parabéns à Zurich, vencedora, e a todo o povo do Rio Grande do Norte! Entrave de 3 anos resolvido em menos de seis meses. Essa é a maneira do presidente Lula de gerir o nosso Brasil!”.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, também esteve presente. “Ficamos imensamente felizes com o arremate pela empresa suíça, Zurich, no nosso principal aeroporto. Tenho certeza que teremos excelentes resultados em captação de novas rotas para o Rio Grande do Norte, bem como o protagonismo do nosso destino. Agora é trabalhar com a empresa vencedora”, disse.

O Aeroporto de Natal tem capacidade de receber 6 milhões de passageiros por ano. A Zurich Airport Brasil já atua no Brasil como a atual concessionária dos aeroportos de Florianópolis, Macaé e Vitória. No mundo, o grupo é responsável pela administração de nove aeroportos.

Relicitação

Em 2020, a Inframérica, vencedora do certame em 2011, decidiu devolver a concessão amigavelmente para a União alegando que o tráfego de passageiros foi negativamente impactado pela pandemia e defasagem nos valores das tarifas.

Em fevereiro deste ano, após a efetiva devolução, a Anac aprovou a relicitação para transferir o controle para um novo operador.

Relicitação é a extinção amigável do contrato de parceria e a celebração de novo ajuste negocial para o empreendimento, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim.

A Lei nº 13.448 autorizou que a União faça a relicitação dos contratos de concessão dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário nos casos em que a concessionária esteja com dificuldades de cumprir suas obrigações contratuais.

Para a Anac, o mecanismo se mostrou viável com o leilão do aeroporto e tem potencial para assegurar a continuidade do desenvolvimento da infraestrutura brasileira.



O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que atende a capital Natal, tem capacidade de receber 6 milhões de passageiros por ano Crédito: Divulgação

“A adesão ao processo de relicitação é um ato voluntário e consiste na devolução amigável do ativo, seguida pela realização de novo leilão e a assinatura de contrato de concessão com a nova concessionária vencedora do certame. Trata-se de um mecanismo que traz segurança jurídica aos contratos e permite a continuidade da prestação dos serviços”, explicou a Anac.

Atualmente, oito ativos estão em situação de relicitação: Aeroporto do Galeão (RJ); Aeroporto de Viracopos (SP); BR-163 (MS); BR-060/153/262 (DF-GO-MG); BR-101 (ES); BR-040 (DF-MG); BR-101 (RJ); Malha Oeste (ferrovia).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/05/2023

REGIÃO SUDESTE - APS E SOPESP PROMETEM ATUAR JUNTOS POR NOVA RODOVIA QUE LIGA AO PORTO DE SANTOS

Entidades se reuniram nesta sexta-feira e debateram outros assuntos voltados às operações portuárias

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



Representantes da Autoridade Portuária de Santos e do Sopesp também discutiram outros gargalos do Porto de Santos na reunião de sexta-feira Crédito: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) se reuniram nesta sexta-feira (19), na sede da companhia, para tratar de assuntos relacionados à operação do

Porto de Santos. O principal tema discutido foi de uma nova ligação rodoviária entre o Planalto e o cais santista, no qual as duas entidades se dispuseram a atuar juntos nessa frente.



A construção da nova rodovia é uma das bandeiras do recém-lançado Movimento pelo Sim, criado na última semana pelo Brasil Export, principal fórum de debates sobre portos, logística, transportes e infraestrutura do País.

O diálogo entre a APS e o Sopesp esteve voltado também para abordagem de temas como o cronograma de dragagem, a perimetral da margem esquerda, a manutenção dos acessos à margem direita, a questão dos congestionamentos em Cubatão, a segurança do Porto e das operações, a busca conjunta de recursos federais para obras diversas, o túnel Santos-Guarujá e até a questão das tarifas cobradas dos 37 operadores que integram o Sindicato.

Entretanto, um dos principais gargalos encontrados no complexo portuário santista é a questão dos acessos rodoviários. Na reunião, tanto a APS quanto o Sopesp manifestaram compromissos de juntarem esforços no sentido de dar início aos processos pela viabilização de uma terceira ligação entre Planalto e Planície com as autoridades responsáveis, no caso, o Governo de São Paulo.

Tanto o presidente da APS, Anderson Pomini, quanto o presidente do Sopesp, Régis Prunzel, e o diretor-executivo do Sindicato, Ricardo Molitzas, lembraram que futuras etapas que venham a fazer parte do processo de construção de uma nova ligação vão demandar muito tempo, assim como a concretização da obra.

Movimento pelo Sim

Esse tipo de indefinição motivou o Grupo Brasil Export a anunciar durante o Santos Export, realizado nos últimos dias 15 e 16, a criação do Movimento pelo Sim. A iniciativa tem como objetivo pressionar o poder público pela viabilização de soluções em logística e infraestrutura, principalmente investimentos em acessos aos portos brasileiros.

O único acesso de caminhões até o Porto de Santos se dá pela Via Anchieta, através do Sistema Anchieta-Imigrantes. Segundo a concessionária Ecovias, por dia, em condições de tráfego normal, aproximadamente 12 mil caminhões descem a serra até o cais.

A principal preocupação da comunidade portuária é a tendência de crescimento do Porto de Santos, o que fará automaticamente que esse número de veículos aumente e uma única via de ligação não seria suficiente para atender a essa demanda.

Além da questão que envolve as atividades portuárias, isso também é motivo de preocupação para as autoridades responsáveis pelos municípios da Baixada Santista, que é um local de grande atração de poder turístico, o que envolve a presença de mais pessoas e mais veículos acessando as rodovias que ligam ao litoral, causando assim um grande problema de vias de acesso.

Até o momento, o Governo do Estado não se manifestou sobre estudos e planejamentos diretos para uma nova ligação rodoviária entre a Capital e o Porto de Santos. Entretanto, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, Natália Resende, afirmou que uma das preocupações do governador Tarcísio de Freitas diz respeito à logística e infraestrutura que envolve o cais santista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

REGIÃO SUDESTE - AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PROMOVE SEMANA DA DIVERSIDADE

Companhia promoverá palestras online e gratuitas entre os dias 22 e 26

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) realiza entre os dias 22 e 26 deste mês a sua Semana da Diversidade. A companhia irá transmitir ao vivo uma palestra por dia em seu canal no Youtube. O evento comemora o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 de maio), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira participação, na segunda-feira (22), às 15h, será do babalorixá Pai Thiago Pugliesi Carvalho, escritor, professor e presidente do Centro de Estudos Universalistas da Meia Noite, que fará uma palestra com o tema “Religião, diversidade e intolerância”.

Na terça (23), o tema é “Envelhecimento, estigma e etarismo”, também às 15h, com Veronica Bohm, psicóloga, professora e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quarta-feira (24), às 15h30, a palestra é sobre “Infância e adolescência, proteção e combate à exploração sexual”, com a superintendente de Programas e Relações Empresariais da ONG Childhood Brasil, Eva Dengler.

Na quinta e na sexta-feira (25 e 26), as duas palestras serão às 10h. Dia 25 o participante é o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho Gastalho (psicólogo, doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é professor do Instituto de Psicologia), com o tema “Diversidade sexual e de gênero, LGBTQIAPN+fobia e saúde mental”.

O encerramento, na sexta-feira, com o tema “Branquitude, racismo e antirracismo”, com a professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina Lia Vainer Schucman (psicóloga, doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

REGIÃO SUDESTE - MINISTRO DO TST LANÇA LIVRO SOBRE MERCADO DE TRABALHO 5.0



Crédito: Bruno Merlin **Legenda: Ministro Breno Medeiros lançou seu livro na sede da ACS, em Santos, na noite de ontem.**

Por **BRUNO MERLIN** redacao@portalbenews.com.br

O trabalho 5.0, desenvolvido na era digital, e suas regras, que são específicas, são o tema do livro “A sociedade 5.0 e o novo balizamento normativo das relações de trabalho no plano das empresas”, lançado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Breno Medeiros na noite de ontem, dia 19, na sede da Associação Comercial

de Santos (ACS), na Cidade. A obra tratou principalmente do mercado de trabalho na era digital, caracterizado por uma atuação cada vez mais autônoma do empregado, destacou Medeiros. O evento reuniu magistrados, advogados e autoridades da região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - MÚLTIPLAS DIMENSÕES



LUIZ DIAS GUIMARÃES

jornalista

opinioao@portalbenews.com.br

Cada dia é uma novidade que me faz rever como compreendemos a vida. Ficamos séculos e até milênios presos a concepções hoje absolutamente vencidas. As descobertas se sucedem e só não convencem os terraplanistas. Vejo que somos uma poeira cósmica, tal a dimensão do universo.

James Webb, cientistas e paleontólogos têm-nos surpreendido. E graças à velocidade da internet, vamos descobrindo novas verdades. Já sabemos que o tempo é apenas uma marcação. A luz do Sol



leva 8 minutos e 20 segundos para chegar a nós. E a da estrela mais próxima, mais de um ano-luz. Se o sol se apagasse, levaríamos tempo para perceber. O que vemos não existe, já existiu. E o que veremos já acontece agora.

Cada planeta tem sua marcação de tempo, que depende do seu tamanho. O ano, para alguns, é várias vezes maior que o nosso. Milhões e bilhões de anos formam hoje a noção de História, numa perspectiva infinitamente maior do que aprendemos nos livros, de pouco antes do Cristianismo. Até que fomos revelando os dinossauros e tantas outras espécies.

Tudo é muito relativo e vai além. A primeira forma de vida aqui, nesta pequenina bola que habitamos, foi uma esponja. Agora descobriu-se que a água é alienígena. Sim, a Terra antes só tinha terra, até que chegaram moléculas de água e ela ocupou três quartos do planeta. Tanto quanto ocupa em nosso corpo. A água é que viabilizou a vida. Portanto, somos filhos das águas.

Quem somos nós e como conseguimos essa capacidade de pensar e ser no mais amplo sentido, isso sim é efetivamente o milagre original que atribuímos a Deus. Um deus diferente para cada cultura e cada crença. Mas hoje não há como negar a existência de uma Energia maior que tudo cria e tudo comanda. Como também que exista vida em outros planetas. Os ETs, com alguma forma, existem e ainda vamos entender como interferem em nossas vidas.

Sabemos que tudo é energia e é a dança desses elementos do átomo que move até nosso sentimento. Mas somos práticos e pragmáticos. A concretude de como enxergamos a existência e conduzimos nossos dias nos faz concentrarmos em três elementos para sobreviver no futuro: água, sol e vento.

Diariamente testamos novas formas de produzir energia limpa, sem depender do petróleo e do carvão. A energia eólica e a fotovoltaica são promissoras. Já temos uma verdadeira indústria limpa no mundo. Mas aposto mesmo é na hídrica. A força das marés é imensa, não depende tanto do humor do vento e da exposição do Sol, apesar da interferência da Lua. Há hoje turbinas, algumas imensas, no fundo do mar, que já começam a trabalhar.

Começamos a voltar à origem. E os mares em particular, antes só visíveis na sua superfície por onde navegamos desde tempos primitivos, se escancaram às nossas vistas. Japoneses e britânicos se associaram para um desafio: descobrir em 10 anos 100 mil novas espécies marinhas. Hoje só conhecemos pouco mais de 10%, quando se sabe que existem cerca de 2 milhões de espécies.

Pois é, nosso mundo é cada vez mais apenas um grão nesse universo e nossa percepção uma poeira, reflexo de uma dimensão. Um dia tudo isso vai acabar. Há dias, conseguiram fotografar o momento em que um sol devorou um planeta. Isso vai acontecer conosco também, mas ainda levará muito tempo.

Quem sabe, neste momento, existam outros universos e outras vidas neste mesmo espaço que enxergamos e, quem sabe, esclareceremos coisas impalpáveis que agora nos intrigam. E aí, quem sabe, em alguma dessas outras dimensões, efetivamente a Terra seja plana.

JAMES WEBB, CIENTISTAS E PALEONTÓLOGOS TÊM-NOS SURPREENDIDO. E GRAÇAS À VELOCIDADE DA INTERNET, VAMOS DESCOBRINDO NOVAS VERDADES. JÁ SABEMOS QUE O TEMPO É APENAS UMA MARCAÇÃO. A LUZ DO SOL LEVA 8 MINUTOS E 20 SEGUNDOS PARA CHEGAR A NÓS. E A DA ESTRELA MAIS PRÓXIMA, MAIS DE UM ANO-LUZ. SE O SOL SE APAGASSE, LEVARÍAMOS TEMPO PARA PERCEBER. O QUE VEMOS NÃO EXISTE, JÁ EXISTIU. E O QUE VEREMOS JÁ ACONTECE AGORA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

LULA BUSCA INVESTIMENTOS EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM EMPRESÁRIOS JAPONÊSES

Oportunidades de investimentos incluem fabricação de veículos híbridos destinados ao mercado asiático e produção de hidrogênio verde

Por Agência Brasil/Agência Brasil 22 de maio de 2023 Em Transição energética



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Chegada a Hiroshima (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

BRASÍLIA — Em encontro com grandes empresários japoneses, em Hiroshima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiu as oportunidades de investimentos em tecnologia de ponta no Brasil, direcionados à transição energética e ao desenvolvimento do país.

De acordo com a Presidência da República, entre as oportunidades de investimentos verificadas no Brasil estão a fabricação de veículos híbridos destinados ao mercado asiático; a produção de hidrogênio verde para a siderurgia mundial, que proporciona a redução da emissão de gás carbônico; e desenvolvimentos em inteligência artificial para telecomunicações.

No Japão, Lula participou do segmento de engajamento externo da Cúpula do G7, reunião de líderes de sete das maiores economias do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Desde a última sexta-feira (19) no país asiático, o presidente teve uma extensa agenda de encontros bilaterais, com reuniões com 11 chefes de governo e de entidades.

O último compromisso do domingo foi o encontro com o “Grupo de Notáveis”, nome dado a dirigentes de grandes grupos empresariais japoneses com investimentos no Brasil.

O presidente Lula destacou a necessidade de parcerias entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Japão para Cooperação Internacional (JBIC).

“Ainda segundo o presidente, o diálogo com o grupo prosseguirá, bem como os planos discutidos na reunião. Além disso, o governo brasileiro irá promover novos contatos entre o grupo de notáveis japoneses e o empresariado brasileiro, para ampliação de parcerias e investimentos”, explicou a Presidência, em comunicado.

Participaram da reunião empresários de grupos muito tradicionais no Japão, dos setores automotivo (Toyota), trading (Mitsui), eletrônico e comunicações (NEC) e siderúrgico (Nippon Steel), além do JBIC. Recentemente, representantes do JBIC também estiveram reunidos no Brasil com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/05/2023



COMBUSTÍVEIS SINTÉTICOS E HIDROGÊNIO VERDE: LIMITES E OPORTUNIDADES NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

É preciso ampliar a parcela do valor adicionado retida no país, caso contrário, estaremos apenas exportando sol, vento e água, escreve José Sérgio Gabrielli

Por Opinião 22 de maio de 2023 Em Biocombustíveis, Colunas e opinião, Hidrogênio, Internacional,

Há diversas rotas tecnológicas para a redução do uso de combustíveis fósseis nos transportes. A eletrificação da frota, com a substituição dos motores a combustão interna (ICE) por motores elétricos ou híbridos é uma alternativa. A mudança de modais de transporte, com estímulos para aqueles menos intensivos em carbono é outra.

Há, ainda, a possibilidade de ampliação do uso de biocombustíveis e combustíveis sintéticos sem utilização de hidrocarbonetos e/ou a otimização de rotas para aprimoramento tecnológico dos motores ICE.

Todos esses caminhos têm como desafio superar a lenta transição decorrente da necessidade de mudança do aparato utilizador de combustíveis fósseis, ampliar sua eficiência, ganhar escala e avançar rapidamente na corrida pela redução das emissões dos gases de efeito estufa que afetam as mudanças climáticas.

A transição energética disruptiva envolve uma disputa de poder sobre qual caminho percorrer, tanto em relação à substituição das fontes de energia quanto aos seus usos.

Recentemente, a Alemanha conseguiu alterar as recomendações da política ambiental da União Europeia que previam a proibição da venda de novos veículos ICE a partir de 2035.

Alemanha garantiu exceção para motores a combustão

A Alemanha logrou garantir uma exceção para os veículos ICE que utilizem combustíveis sintéticos provenientes de fontes renováveis, como por exemplo, os e-fuels que utilizam hidrogênio e matérias-primas vegetais ou animais.

Os e-fuels têm origem no processo industrial de eletrólise que separa o hidrogênio do oxigênio na água. Posteriormente, o hidrogênio é misturado ao dióxido de carbono para criar, juntamente com fontes vegetais ou animais, combustíveis que não usam petróleo ou gás natural.

O governo da Alemanha pressiona a União Europeia para adotar essa rota de transição para combustíveis de baixo carbono, mesmo antes de ser determinado o fim dos motores de combustão interna (ICE), que atualmente dominam os transportes no mundo.

Essa posição se alinha aos interesses da e-Fuel Alliance[1], aliança formada por grandes empresas petrolíferas, de gás natural, químicas, energia elétrica, além de montadoras de veículos, com objetivo de buscar apoio político e social para agenda de sustentabilidade através da manutenção dos motores ICE movidos a combustíveis renováveis.

Os e-fuels são objeto de controvérsias quanto a sua eficácia no combate às mudanças climáticas e aspectos econômicos.

Do ponto de vista climático, os questionamentos se devem ao fato de que os combustíveis sintéticos, como e-fuels, aumentam a eficiência energética nos transportes em 16%, percentual abaixo dos 72% alcançados pelos motores elétricos.

Ademais, estima-se que os e-fuels demandem quase seis vezes mais energia renovável do que um veículo elétrico equipado com bateria.



Do ponto de vista econômico, os e-fuels são questionados quanto ao seu custo e capacidade de oferta. Um dos principais insumos dos combustíveis sintéticos é o hidrogênio verde, cuja produção anual, em 2021, chegou a 40 mil toneladas.

A produção necessária estimada para atender apenas a demanda da União Europeia em 2030, mantidas as metas de descarbonização definidas hoje, é de 20 milhões de toneladas de hidrogênio verde.

O custo dos e-fuels hoje é de duas a três vezes maior do que o custo do hidrogênio azul, cujo insumo é o gás natural. Essa diferença é ainda maior quando comparada ao custo de produção do hidrogênio cinza, tecnologia dominante hoje na produção de hidrogênio, mas que não garante sequestro de carbono.

Eletrificação no transporte

A expansão da produção do hidrogênio verde, portanto, requer redução dos custos de produção das energias solar e eólica, além de avanços nas tecnologias de eletrólise e de transformação do e-fuels.

Esses são elementos fundamentais dessa tática intermediária da transição energética no transporte de pessoas e cargas. No transporte aéreo, o uso de combustível de aviação sustentável (SAF) e inovações tecnológicas que ampliem a eficiência das turbinas dos aviões ainda precisam avançar muito para aumentar a competitividade dos combustíveis sintéticos.

Os atores mais engajados na transição energética defendem as políticas que buscam a substituição completa dos motores a combustão interna (ICE), que seriam trocados por eletrificação das frotas, mesmo que esses veículos sejam mais caros, favoreçam a lógica do transporte individual e ainda encontrem limitações nos minerais necessários para a armazenagem da energia.

A eletrificação das frotas de transporte coletivo urbano tende a aumentar. Contudo, a viabilidade da oferta e consumo de combustíveis não fósseis no modal rodoviário ainda tem um longo caminho a percorrer.

Combustíveis sintéticos: projetos em fase preliminar

Outra dinâmica observada é o crescente interesse da indústria em testar novas formas de produção a partir de energias alternativas, mas a execução dos projetos ainda está em fase muito preliminar.

Em Punta Arenas, extremo sul do Chile, por exemplo, está em operação o projeto Haru Oni, experiência pioneira para criação de um complexo verde de combustíveis liderada pela Highly Innovative Fuels (HIF).

Com amplo suporte do governo alemão e em associação com Exxon, Siemens, Porsche, entre outras empresas, o investimento inicial previsto é de US\$ 74 milhões.

O projeto pretende produzir 130 mil litros de e-fuels inicialmente e atingir 550 milhões de litros a partir de 2027. Apenas esse projeto seria capaz de elevar em 13,75 vezes a produção global de hidrogênio verde atual (2021). Meta extremamente desafiadora.

Outro projeto, ainda mais ambicioso, se desenvolve no sul do Texas, no condado de Matagorda. Coordenado pela mesma HIF e focado na produção de metanol para a indústria química, esse projeto tem início de produção previsto para 2024 e projeta produzir 750 milhões de toneladas de e-fuels até 2027, utilizando 300 milhões de toneladas de hidrogênio verde e 2 milhões de toneladas de CO2 reciclados anualmente.

Malefícios do tradicional modelo primário exportador

O tema da escolha da rota de banimento dos motores de combustão interna (ICE) vem provocando intensos debates na Europa. O governo alemão advoga pela defesa da expansão do hidrogênio verde no mundo, em busca de se tornar o principal importador no futuro próximo.

A viabilidade do hidrogênio verde vai depender da ampliação de seu uso para setores que hoje não o utilizam em volumes significativos. Seu uso, portanto, representa a um só tempo um desafio para a transição energética e novas oportunidades na busca de caminhos mais prósperos e sustentáveis na geração de energia limpa.

O Brasil, especialmente o Nordeste, deu um salto na utilização de fontes limpas com a recente expansão das energias solar e eólica. O mercado global de hidrogênio verde pode representar uma oportunidade. Contudo, é preciso ampliar a parcela do valor adicionado retida no país, para evitar repetir os malefícios do tradicional modelo primário exportador que nos persegue há muitos anos. Caso contrário, estaremos apenas exportando sol, vento e água.

José Sérgio Gabrielli Azevedo é professor aposentado da UFBA e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP)

[1] Entre os membros da Alliance estão a ExxonMobil, Repsol, ENI, GazEnergie, Gulf, as empresas automobilistas Porsche, Iveco, as elétricas e de material elétrico como a Siemens Energy, Bosch e Kohler. Disponível em: <https://www.efuel-alliance.eu>

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/05/2023

TÉRMICAS OBRIGATÓRIAS AMEAÇAM COMPETITIVIDADE DE HIDROGÊNIO VERDE, INDICA ESTUDO

Estudo da PSR aponta impacto de térmicas a gás natural previstas na lei da privatização da Eletrobras sobre certificação “verde” de mercado europeu

Por Gabriel Chiappini 22 de maio de 2023 Em Hidrogênio, Mercado de gás, Política energética, Transição energética



Usina piloto de produção de hidrogênio verde no Porto de Pecém (Thiago Gaspar/Governo do Ceará)

RIO – A contratação compulsória das térmicas (UTEs), previstas pela lei de privatização da Eletrobras, pode tirar a competitividade do hidrogênio verde brasileiro produzido com eletrolisadores a partir da energia fornecida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo estudo feito pela PSR – Energy Consulting and Analytics.

O hidrogênio verde, propriamente dito, é obtido a partir de energia elétrica de fontes renováveis, como solar e eólica.

Segundo a PSR, as térmicas na base podem prejudicar a certificação de projetos baseados na energia fornecida pelo grid, a partir de 2027, o que demandará a contratação adicional de energia renovável.

Isso porque, pelos atuais critérios adotados pela União Europeia – possível mercado-âncora para os produtos a hidrogênio verde brasileiro – há uma exigência que a energia elétrica fornecida pelo grid seja, no mínimo, 90% da matriz renovável.

As especificações estão dentro do escopo dos combustíveis renováveis de origem não biológica (RFNBO, na sigla em inglês), definidas em fevereiro deste ano.

“Em 2027 é o momento que a matriz deixa de ser 90% renovável com o impacto das térmicas da Eletrobras e é também o momento em que começariam a entrar em operação os projetos de larga escala de hidrogênio verde no Brasil”, afirma Luana Gaspar, autora do estudo, à epbr.



Em 2022, as energias renováveis foram responsáveis por cerca de 92% do total de eletricidade gerada pelo SIN, de acordo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Para Luana, o país poderia aproveitar essa vantagem para ter um hidrogênio verde mais competitivo.

“A forma de conexão ongrid [conectado ao SIN] é a melhor para a viabilidade econômica do hidrogênio que vai ser produzido no Brasil e exportado para Europa”, explica.

O que são as térmicas da privatização? Em 2021, uma das contrapartidas do congresso para aprovar a MP da privatização da Eletrobras foi a inclusão no art. 1º da lei a obrigação de contratação de 8 GW térmicos a gás natural, em leilões de potência, para geração de energia na base (70% de inflexibilidade).

Objetivo era expandir a rede de transporte de gás natural, com os chamados critérios locacionais: térmicas em locais sem infraestrutura, para justificar investimentos em gasodutos.

Em 2022, foi feito o primeiro leilão, que fracassou nesse objetivo: contratou 751 MW dos 2 GW ofertados, em projetos sem garantia de interiorização da infraestrutura de gás na região Norte e Nordeste.

O governo Lula ainda estuda o que fazer com a potência que não foi contratada no 1º leilão; e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), defendeu rever a obrigação prevista dos 6 GW restantes.

Energia na base. O Brasil tem umas das matrizes elétricas mais renováveis do mundo, em razão da grande hidrelétrica e da energia gerada principalmente pelas eólicas. As térmicas cumprem um papel de garantia do suprimento, não apenas em tempos de escassez hídrica, mas na regulação do sistema.

O aumento das térmicas (gás, carvão e nuclear) na geração de base, desloca a demanda por potência renovável. A previsão mais recente do governo é uma queda de 2 p.p., de 85% (2021) para 83% (2031) de potência instalada renovável.

O que prevê a lei? O governo precisa contratar potência para entrada em operação entre 2026 e 2030, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, sendo 1 GW (2026); 2 GW (2027); 3 GW (2028); 1 GW (2029) e 1 GW (2030).

“Vai nos prejudicar no mercado global”

Um dos responsáveis pelo estudo, Rafael Kelman, também aponta que essas termelétricas têm produção mínima obrigatória de 70% da capacidade e devem emitir cerca de 20 milhões de toneladas de CO₂ por ano na matriz.

“Isso já tira qualquer chance de se ficar dentro da fronteira de 90% ou mais renovável (...) Isso vai nos prejudicar no mercado global que está querendo premiar os esforços para descarbonização e punir quem vai na contramão. E os jabutis da desestatização da Eletrobras estão na contramão”, avalia.

O estudo contemplou um cenário até 2050, e considerou também a projeção de novas térmicas a gás natural impulsionadas pela oferta doméstica de gás mais barato do pré-sal.

“A partir de 2035, esperando que o Brasil vai ter um gás barato do pré-sal, e com construção de infraestrutura, começaremos a ter também algumas térmicas sendo viáveis economicamente”, defende Luana Gaspar.

Critérios de adicionalidade e perda de competitividade



Segundo as atuais exigências da União Europeia, quando a produção de hidrogênio está conectada ao grid de uma matriz com menos de 90% de renováveis, entram critérios de adicionalidade, que podem encarecer a produção.

Um deles é a necessidade de contratos de compra de energia (PPA) de geradores renováveis, que comprovem que produtores de hidrogênio.

Isto é, os produtores de hidrogênio renovável podem operar seus eletrolisadores a qualquer hora, desde que a quantidade total de eletricidade renovável consumida corresponda à quantidade total de hidrogênio renovável produzido naquele mês do ano.

Entretanto, as regras ficam mais rigorosas com o tempo. As plantas produtoras de hidrogênio que entrarem em operação após 2028 deverão comprovar a adicionalidade de uma nova planta de energia renovável.

E a partir de 2030, todos os produtores de hidrogênio renovável, incluindo aqueles que assinaram com usinas de geração de energia renovável existentes, precisarão igualar a eletricidade que compraram a cada hora.

“É um universo de critérios que vão acabar reduzindo a competitividade do hidrogênio brasileiro”, diz Luana Gaspar.

Isso porque os eletrolisadores são mais eficientes quando estão quase 100% do tempo em operação, o que só é possível com uma constância no fornecimento de energia. No caso da utilização de fontes intermitentes, como solar e eólica, os custos da produção de hidrogênio poderiam aumentar.

“No caso mais extremo, de produção off-grid, a planta de eletrólise vai funcionar só quando tiver sol ou vento, e nas horas restantes haverá uma perda de produção de hidrogênio, ou seja, o hidrogênio fica mais caro e o Brasil vai perder competitividade”, pontua Rafael Kelman.

O estudo não considerou a entrada no grid de eólicas offshore, que somam mais 180 GW em parques em licenciamento no Brasil.

Segundo Kelman, até a década de 2040, solar e eólica onshore serão mais competitivas. A viabilidade econômica dos futuros parques offshore se dá no final do horizonte do estudo e, para produção de hidrogênio, em geral, estarão conectados diretamente às plantas.

Papel da demanda europeia por H2V

Na Europa, países estão, na prática, subsidiando as compras de produtos a base de hidrogênio verde, como parte de esforços de descarbonização de setores industriais, por exemplo. No fim do ano passado, a Alemanha lançou o primeiro leilão da política H2Global, para contratos de longo prazo de fornecimento de hidrogênio verde (H2V) na forma de derivados: amônia, metanol e combustível sustentável de aviação (SAF, em inglês).

Complexos industriais e portuários brasileiros também miram o mercado europeu, a exemplo do Porto de Pecém, no Ceará, que tem Roterdã como sócio e vem aprofundando os acordos para produzir e exportar na rota Brasil-Holanda.

Governo promete pacote verde

O governo federal prepara para as próximas semanas o lançamento de um pacote de políticas verdes, que vem sendo construído entre diferentes ministérios. A promessa é lançar uma agenda de “transição ecológica”, a partir do segundo semestre, que incluirá novas propostas legislativas – temas passam por energia, mercado e captura de carbono e energia.

Fábrica de fertilizantes via hidrogênio verde recebe concessão de terreno em Uberaba

“Temos para o segundo semestre uma determinação do presidente Lula de lançar o plano de desenvolvimento do Brasil, ancorado na transição ecológica, procurando transformar as nossas vantagens comparativas, que são muitas, sobretudo na área energética”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), na semana passada.

O objetivo, segundo o ministro, é atrair investimentos estrangeiros, “estimulando o investimento nacional voltado para a industrialização do país com um pensamento novo, com uma indústria nova”.

Nesta segunda (22/5), o governo realiza a primeira reunião do recriado conselho de desenvolvimento industrial, o CNDI, e deve apresentar novas propostas até quinta (25/5), em evento do Dia da Indústria. O CNDI é coordenado pelo ministério da Indústria e Comércio, de Gerado Alckmin (PSB).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/05/2023

LULA ACHA “DIFÍCIL” QUE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS TRAGA PROBLEMAS

Presidente citou distância de 530 km entre o local da perfuração e a foz durante conversa com jornalistas na cidade japonesa de Hiroshima, onde participou da reunião de cúpula do G7

Por Reuters 22 de maio de 2023 Em Clima, Meio ambiente, Petróleo e gás, Política energética



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília 09/05/2023 REUTERS/Adriano Machado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera “difícil” que a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas venha a trazer problemas ambientais para a Amazônia.

“Se explorar esse petróleo der problema para a Amazônia, certamente não será explorado, mas eu acho difícil porque são 530 km de distância da Amazônia. Mas eu só posso saber quando eu chegar

lá”, disse Lula a jornalistas na cidade japonesa de Hiroshima, onde participou da reunião de cúpula do G7.

A declaração foi dada após o Ibama negar na semana passada autorização para a Petrobras explorar a região que integra a Margem Equatorial brasileira, considerada a mais nova fronteira exploratória do Brasil, com grande potencial para descobertas importantes de petróleo, mas também com enormes desafios ambientais.

A Petrobras afirmou que recorrerá nesta semana da decisão do Ibama.

A companhia está mobilizada na região desde o ano passado com sonda, navios e todos os equipamentos necessários para a realização de um simulado de emergência, a um custo diário de R\$ 3,4 milhões.

A Petrobras afirma que “atendeu rigorosamente todos os requisitos do processo de licenciamento”.

(Por Rodrigo Viga Gaier e Eduardo Simões)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

CAMPOS NETO REFUTA CRÍTICAS DE LULA E ALIADOS: 'PERSONIFICAÇÃO MOSTRA FALTA DE CONHECIMENTO'

Em evento em SP, presidente do Banco Central também afirmou que projeção de crescimento do PIB de 2023 tende a se estabilizar em torno de 1,5% e disse que não há ambiente favorável para mudanças no regime de metas

Por O GLOBO — São Paulo e Brasília



À mesa, em pronunciamento, presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Pedro França/Agência Senado

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, refutou as críticas pessoais que tem recebido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aliados na condução da política monetária à frente da instituição e disse que essa "personificação" mostra falta de conhecimento em relação às regras sobre a autonomia do BC.

— A autonomia vai justamente na contramão disso — afirmou, em seminário promovido pela "Folha de São Paulo" nesta segunda-feira sobre os dois anos de autonomia do BC. — A personificação é falta de conhecimento sobre o processo instalado e o amadurecimento do Banco Central.

No mesmo evento, Campos Neto comentou sobre possíveis mudanças no sistema de meta de inflação. A discussão atual é sobre o BC passar a seguir formalmente uma meta contínua para convergir a inflação, e não mais uma meta de ano a ano - hoje adotada com o ano-calendário.

O chefe da autarquia argumentou que o poder de decisão é do governo e que o Banco Central atua como 'adviser'. Para ele, porém, não há um ambiente favorável para mudanças no sistema. Apesar de defender "avanços institucionais de tempos em tempos", o presidente do BC diz que as mudanças no regime, no contexto de inflação fora da meta, poderiam gerar efeitos negativos:

— O que percebemos, historicamente falando e olhando exemplos de outros países, é que as mudanças quando são feitas para ganhar eficiência, esse ganho de eficiência é atingido de forma mais fácil quando você está em um ambiente de calma, com as inflações dentro da meta. Quando você tem inflação fora da meta e muda alguma coisa no sistema - não sei se vai ser o caso - mas pode haver uma interpretação de que aquilo foi feito para ganhar flexibilidade e isso historicamente nos casos que a gente analisou tem um valor esperado negativo — diz.

No Conselho Monetário Nacional (CMN) - colegiado que trata das metas de inflação - o BC pode ser voto vencido. Na atual composição, o CMN é formado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. A próxima reunião ocorrer em junho e possíveis mudanças são esperadas.

Críticas de Lula

Nas últimas semanas, Campos Neto tem centralizado as críticas por parte de Lula e aliados, que atribuem a ele eventuais prejuízos à atividade econômica brasileira, com os efeitos da restrição monetária.

No mês passado, ao fazer um balanço dos 100 dias de seu governo, Lula chegou a dizer que a taxa básica de juros no país (Selic), fixada em 13,75% ao ano pelo Copom (Comitê de Política Monetária) "é muito alta", e que "estão brincando com o país".

No evento desta segunda-feira, Campos Neto disse que o presidente "tem direito de entrar no debate sobre taxa de juros, como acontece em vários países". Mas que depois de subir os juros em ano eleitoral, para garantir que os seguintes quatro anos de governo acontecessem em meio a uma inflação "mais comportada", imaginou que "isso fosse ser reconhecido" pelo vencedor nas urnas.

— Houve questionamentos, em ano de eleição sempre há, mas agimos de forma autônoma — afirmou.

Lula: 'Pode falar de tudo, só não pode falar de juro', diz presidente, em nova crítica a Campos Neto
Para Campos Neto, a legislação garante a autonomia do presidente do BC em relação ao governo federal e dos próprios diretores da instituição em relação a ele. E afirmou que algumas críticas vão no sentido "de não entender a regra do jogo".

No mesmo evento, Campos Neto afirmou ainda que a projeção de crescimento do PIB de 2023 tende a se estabilizar em torno de 1,5%. As estimativas de mercado, completou, indicam que um crescimento acima de 1,6% é visto como inflacionário.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/05/2023

GOVERNO TENTA BLINDAR ARCABOUÇO FISCAL E EVITAR EMENDAS DURANTE VOTAÇÃO

Texto será analisado na Câmara nesta semana; relator tem reuniões com Fazenda
Por Manoel Ventura — Brasília



O Cláudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço fiscal Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O projeto de lei complementar que estabelece a nova regra para as contas públicas, em substituição ao teto de gastos, recebeu até agora 40 emendas de deputados. São diversas propostas para alterar o texto que ainda serão analisadas pelo relator do projeto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA).

O governo quer blindar o texto e evitar mudanças significativas no projeto. Esse tem sido o tom das conversas nesta segunda-feira. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-PL), e Cajado. Ele ainda terá uma nova reunião com o relator.

Mesmo com críticas de partidos da esquerda e centro-esquerda ao texto, o governo avalia que não deve forçar mudanças na proposta. O temor é de que isso acabe levando a um efeito contrário e aperte ainda mais a regra.

As equipes técnicas de Cajado e da Fazenda devem conversar sobre aspectos de redação do texto.

Lira quer votar o texto na semana. Cajado vai ler seu parecer na terça-feira, mas ainda não indicou se aceitará sugestões de mudanças.

Entre as emendas apresentadas, estão uma do deputado Mendonça Filho (União-BA), que propôs suprimir autorização de gastos no limite superior de crescimento real de despesas de 2,5%, em 2024. Essa autorização vai inflar os gastos em 2024 e tem sido criticada na Câmara.

Já o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) quer tirar o Bolsa Família das sanções em caso de descumprimento da meta fiscal. O deputado Celso Sabino (PSDB-SP) sugere alterar a faixa de crescimento real das despesas de 0,6% a 2,5% para 0% e 2%. O governo quer evitar essas mudanças que apertam os gastos sejam feitas.

O arcabouço fiscal irá substituir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior. A nova regra permitirá o crescimento dos gastos acima do índice de preços, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento real das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da inflação. Essa variação terá de 0,6% a 2,5% ao ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2023

MINISTÉRIO PÚBLICO ACIONA TCU PARA APURAR RISCOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO PELA PETROBRAS NA FOZ DO AMAZONAS

Furtado destaca na representação a importância do papel da Petrobras como estatal para atrair investimentos estrangeiros e gerar empregos no país



TCU analisa caso das joias do Bolsonaro **Reprodução**

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, pediu à Corte para avaliar o projeto da Petrobras de explorar petróleo na Foz do Amazonas e acompanhar as discussões no governo sobre o tema. O procurador diz na representação que o objetivo é encontrar

soluções a fim de fornecer subsídios técnicos sobre riscos ao meio ambiente.

Furtado destaca ainda que o papel da Petrobras como estatal capaz de atrair investimentos estrangeiros e gerar empregos no país. Para o procurador, o TCU deve se manifestar, diante da relevância do tema para o país.

"Contudo, essa pretensão tem sofrido oposição de ambientalistas por causa do risco ao meio ambiente. Por um lado, a exploração de petróleo nessa região tem sido defendida pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. O principal argumento do gestor é de que o ponto de perfuração está em alto mar, a uma longa distância da foz do Rio. Por outro lado, o Ibama, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, entende que a estatal não conseguiu demonstrar a segurança para a perfuração", afirmou Furtado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2023

GOVERNO PIORA PREVISÃO DE ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS NESTE ANO E ANUNCIA BLOQUEIO DE R\$ 1,7 BI

Previsão de déficit vai a R\$ 136 bi. Novo número não incorpora medidas de aumento de receitas

Por Manoel Ventura — Brasília

O governo divulgou nesta segunda-feira uma piora nas projeções para o déficit nas contas públicas neste ano. A estimativa de déficit saiu de R\$ 107 bilhões para R\$ R\$ 136,2 bilhões, como o GLOBO antecipou na semana passada.

O Ministério do Planejamento também divulgou que será necessário bloquear R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias, que incluem custeio da máquina pública e investimentos. Esse bloqueio é

decorrente de um forte aumento de despesas e é necessário para cumprir o teto de gastos (que trava as despesas federais à inflação do ano anterior).



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad José Cruz/Agência Brasil/30-03-2023

A distribuição do bloqueio ainda será anunciada pelo governo.

O Congresso discute um novo marco para as contas públicas, mas o teto de gastos ainda está em vigor. O arcabouço fiscal deve ser votado na Câmara nesta semana.

As projeções fazem parte do segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas deste ano. Por esse relatório, o governo atualiza as estimativas de receitas e despesas. O último documento foi divulgado em março.

Em qualquer cenário, porém, há uma melhora significativa com relação aos valores previstos no Orçamento de 2023, que autoriza um déficit de até R\$ 231 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem prometendo entregar um resultado primário neste menor que R\$ 100 bilhões.

A previsão de gastos do governo subiu R\$ 24,2 bilhões. Isso fez o déficit subir a necessidade de bloquear os gastos. Isso é decorrente de alguns fatores.

Um deles é um aumento de gastos federais por conta do reajuste do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, no início deste mês. O aumento de despesas é de cerca de R\$ 10 bilhões. Isso ocorre porque o mínimo nacional é usado como referência para aposentadorias e benefícios sociais do governo.

Além disso, foram liberados R\$ 7,3 bilhões em ajuda federal para os estados e municípios pagarem o piso da enfermagem neste ano e R\$ 3,9 bilhões em Apoio Financeiro a Estados e Municípios por conta da Lei Paulo Gustavo.

Em outra frente, a previsão de receita caiu R\$ 4,4 bilhões. Esse cenário leva a uma piora da projeção de déficit.

Uma medida já tomada e ainda não incorporada ao relatório foi o aumento de receitas decorrente da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de proibir empresas de abater incentivos fiscais concedidos pelos estados por meio do ICMS do cálculo dos tributos federais (IRPJ e CSLL). Com a decisão do STJ, os técnicos precisam trabalhar em novas notas técnicas.

— Dezenas de bilhões de reais não foram incorporados no relatório bimestral. Gerencialmente, teremos um número melhor à frente — disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Crescimento maior

O relatório também aumenta a previsão de crescimento da economia neste ano de 1,61% para 1,91%, como já havia indicado o ministro da Fazenda.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2023

MATO GROSSO QUER ESTADUALIZAR CHAPADA, MAS NÃO CUIDA DOS PARQUES ESTADUAIS, MOSTRA ESTUDO

Governo estadual conseguiu suspender liminarmente no TCU o leilão de concessão da Chapada dos Guimarães, vencido pela ParqueTur
Por Mariana Barbosa



Entrada do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (foto do primeiro semestre de 2022) Reprodução

O governo do Mato Grosso — que entrou com ação no Tribunal de Contas da União para tentar anular o leilão de concessão da Chapada dos Guimarães, parque nacional que foi concedido em dezembro para a iniciativa privada — não cumpre as exigências mínimas da legislação que trata da gestão de unidades de conservação do próprio estado. Alguns parques estaduais sofrem ainda ameaças de redução de área por parte do próprio governo, mostra um levantamento realizado pelo Instituto Semeia.

O governo estadual tentou participar do leilão de concessão da Chapada, realizado em dezembro em um processo promovido pelo ICMBio, responsável pelos parques nacionais, com apoio do BNDES e da B3. Porém, a proposta apresentada pela empresa de participações estadual MT Par foi desclassificada por falta de garantias e documentos. A derrota frustrou os planos do governador reeleito Mauro Mendes (União Brasil), que gostaria de transformar a Chapada em um “parque de diversões”, com elevador panorâmico e passarelas suspensas. No entanto, até mesmo o projeto de um portal na entrada da Chapada, prometido para a Copa de 2014, nunca foi concluído.

O levantamento do Instituto Semeia mostra que 60% dos 18 parques estaduais do Mato Grosso não possuem plano de manejo nem Conselho Gestor, dois instrumentos básicos de gestão previstos na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Alguns parques estaduais também são alvo de conflitos fundiários e ações de desmatamento ilegal. Os parques Cristalino I e II, por exemplo, são alvo de ameaças de redução de suas áreas por meio de propostas de representantes do próprio governo do Estado, mostra o levantamento. No Cristalino II, 74% do território está ameaçado por grilagem ou desmatamento. Outro parque estadual, o Tucumã, teve 10,768 hectares de floresta desmatados ilegalmente entre 2013 e 2021.

— Os parques sob administração dos estados necessitam de investimentos e cuidado, não devendo ser colocados como menos prioritários do que os federais — diz Bárbara Matos, gerente de projetos do Instituto Semeia, ressaltando que não existe registro de estadualização de parques nacionais no país.

Além dos 18 parques estaduais, o estado possui ainda 29 unidades de conservação — todos estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso. No ano passado, o Mato Grosso teve 1.906 km² de área desmatada, sendo 1,6% dessa área total localizada em Terras Indígenas e Unidades de Conservação (UC's), segundo o Instituto Centro de Vida, a partir dos dados de desmatamento do Inpe.

A concessão da Chapada dos Guimarães foi vencida no final do ano passado pela ParqueTur, gestora criada por especialistas em conservação para participar de concessões de parques públicos. Em abril, o leilão foi suspenso liminarmente pelo TCU, que ainda tem que decidir sobre o mérito da demanda da MT Tur.

O Instituto Semeia desenvolve projetos de apoio à estruturação de parcerias público-privadas para a gestão de áreas de proteção ambiental, como unidades de conservação e parques nacionais, estaduais e municipais. O instituto foi parceiro do ICMBio na elaboração dos editais das últimas concessões de parques públicos.

A reportagem entrou em contato com o governo do Mato Grosso, por meio da MT Par, mas não obteve retorno até a publicação.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/05/2023

APÓS ENCONTRO COM LIRA, HADDAD ESPERA APROVAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCAL ESTA SEMANA

Ainda hoje, o ministro tem reunião prevista com Claudio Cajado para tratar do andamento do projeto de lei que cria arcabouço fiscal.

Por Renan Monteiro — Brasília



Fernando Haddad fala sobre a política econômica em audiência na Câmara Cristiano Mariz/Agência O Globo

Em mais uma semana decisiva para o arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira, na residência oficial da Casa. O texto deve ser votado na quarta-feira.

— Fui agradecer o presidente Arthur Lira e sentir como é que está o clima para a semana. Senti ele muito animado e muito confiante — disse Haddad.

Ainda hoje, o ministro o ministro tem reunião prevista com Claudio Cajado para tratar do andamento do projeto de lei que cria arcabouço fiscal. A regra tem como finalidade traçar uma trajetória de sustentabilidade nas contas públicas no longo prazo e ainda pode passar por alterações.

Em conversa com jornalistas na Fazenda, Haddad também avaliou que as projeções dos agentes de mercado sobre o crescimento econômico do Brasil em 2023 vão se alinhar para um nível de maior otimismo ao longo do ano.

O ministro se referia ao Boletim Focus da semana. Conforme o consolidado divulgado hoje, os agentes esperam um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,2% para 2023, alta em relação a semana passada, quando a expectativa estava em 1,02%.

— O Focus vai ficando otimista ao longo do ano. A projeção do Bradesco está em 1,8%, e a do Itaú, em 1,4%. Tem muita gente fazendo conta e a Focus é uma pesquisa. Nós (Fazenda) estamos mais próximos dos números mais otimistas. Penso que nós vamos ter uma convergência de números ao longo do ano — cita.

Na semana passada, Haddad informou que a Fazenda estava revisando as projeções de crescimento do PIB de 1,6% para 1,9%, após um “primeiro trimestre relativamente bom”. No momento, o entendimento da equipe econômica é que o PIB tem condições de fechar o ano com crescimento entre 1,8% e 2%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/05/2023

PARA GARANTIR PEDÁGIO BAIXO EM LEILÕES DE RODOVIAS, UNIÃO PODERÁ PAGAR PARTE DAS OBRAS DE CONCESSÕES

Governo prepara um novo modelo para estimular investimentos privados em estradas, aproveitando maior espaço para investimentos públicos que será consolidado pelo novo arcabouço fiscal

Por Manoel Ventura — Brasília



Rodovia Rio-Santos, concedida em 2021, testa pedágios sem cabines, que o governo atual quer estimular para baixar tarifas Domingos Peixoto/Agência O Globo

O governo Lula prepara um novo modelo para estimular concessões de rodovias federais, numa tentativa de destravar investimentos privados em infraestrutura no país. O Ministério dos Transportes ganhou do presidente a missão de garantir tarifas mais baixas aos usuários em novas concessões e, por isso, estuda uma série de novidades para os próximos leilões.

Uma das saídas planejadas é injetar recursos públicos nos contratos de concessão, ajudando empresas vencedoras dos leilões a fechar as contas para garantir obras específicas dos projetos, como túneis e infraestruturas com alto risco financeiro associado. O governo também quer estimular inovações, como cobrança eletrônica de pedágio, sem cabines e cancelas.

O plano será apresentado em junho, juntamente com uma carteira de cerca de 20 rodovias do país a serem leiloadas até 2026 — o número exato ainda não está fechado, porque depende de estudos técnicos. Esse pipeline é capaz de levantar R\$ 200 bilhões em investimentos, estimou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, ao GLOBO.

O BNDES fará parte do processo, facilitando o financiamento dos projetos, que teriam parte da conta paga pela União. O governo espera consolidar, com o novo arcabouço fiscal, um espaço para ampliar investimentos públicos em infraestrutura.

Segundo o secretário, o governo buscará pedágios “adequados” à situação socioeconômica de cada região e ao uso da estrada (turismo ou transporte de carga por exemplo):

— A gente está trabalhando com tarifas com preços compatíveis com a realidade econômica de cada local.

Pensa em terceirizar os afazeres da casa? Não contrate serviços domésticos antes de ler este guia. Injetar recursos públicos nos contratos é uma das soluções a que o governo chegou nos estudos para viabilizar a volta dos leilões com foco na menor tarifa ao usuário, criticado em gestões anteriores do PT.

A visão é a de que um dos motivos que encarecem o pedágio é a necessidade de a concessionária investir em obras estruturantes no longo prazo sem clareza sobre os custos no momento do leilão. Nesses casos, na hora de fazer um lance, a empresa costuma precificar na tarifa os riscos das obras ao longo do contrato.

— A concessão com aporte de recursos públicos seria em momentos específicos do contrato. A gente está estudando várias hipóteses, em várias situações. Para cobrir algum tipo de risco geológico, por exemplo — diz o secretário. — Se não dermos tranquilidade para o (agente) privado de que vou cobrir a diferença, o que ele vai fazer no leilão é absorver o risco e ter uma tarifa alta.

Cardápio de soluções

Em alguns casos, o dinheiro público entraria quando os estudos de viabilidade econômica identificarem que são necessárias tarifas consideradas muito altas pelo governo para colocar o projeto de pé. Nessas situações, um aporte federal faria o preço do pedágio cair.

— Vamos procurar trabalhar com preço de tarifa por quilômetro de acordo com a capacidade de cada região. Então, para fazer isso, é necessário, em alguns lugares, eu colocar um aporte para equilibrar esse fluxo financeiro e dar condição tarifária — disse Santoro, sem estimar percentuais dos investimentos de uma concessão que poderiam ser assumidos pela União.

Carros populares: entenda as dificuldades do governo em reduzir o preço dos veículos
A intenção do Ministério dos Transportes é ter um cardápio de soluções para serem usado de formas distintas e complementares, dependendo do caso de cada rodovia.

Dez leilões em dois anos

O governo quer leiloar ainda neste ano ao menos quatro rodovias. O primeiro certame será o do lote 1 do Sistema Rodoviário do Paraná, marcado para 25 de agosto. Na sequência, vêm o lote 2 das rodovias paranaenses, a BR-040 (Rio-Belo Horizonte) e a BR-381, em Minas. Em 2024, são previstos mais seis leilões, mesmo número de toda a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

André Luiz Freire, sócio da área de infraestrutura e energia do escritório de advocacia Mattos Filho, diz que o governo precisa dar sustentabilidade às concessões no longo prazo para ter leilões bem-sucedidos. Ele explica que exigir uma tarifa muito baixa gera o risco de o concessionário ficar sem recursos em momentos de solavanco na economia, prejudicando as melhorias e serviços nas estradas.

Ele vê apetite no setor privado, a depender das mudanças no modelo:

— Tem muitos fundos e empresas novas querendo entrar no mercado de rodovias. Mas o apetite depende da modelagem. Não adianta apertar muito no total de investimentos e no retorno porque o investidor vai fazer as suas análises. Tudo depende do projeto.

Sem duplicação obrigatória

Uma decisão já tomada pelo governo nos novos editais é não obrigar investimentos para duplicar todas as estradas concedidas. Isso foi uma marca, por exemplo, de leilões feitos no governo de Dilma Rousseff (PT). Muitos investimentos não saíram do papel por fatores como frustração de tráfego com a retração da economia, entraves ambientais e falta de financiamento.

— Nem sempre duplicar é a solução. Às vezes, duplicar ela toda encarece demais a rodovia, a tarifa. Não precisa neste momento fazer isso. Uma terceira faixa gera uma grande melhoria. A gente está trabalhando com esse conceito também — disse o secretário.

Pedágio sem cabine

Outro ponto que está sendo analisado é dar mais flexibilidade aos contratos. Os atuais são considerados pouco maleáveis, não abrem espaço nem para a inserção de novas tecnologias. Os novos leilões vão prever, por exemplo, o uso do sistema de pedágio conhecido como free flow.



Pagamento do pedágio eletrônico acontece de duas maneiras: por meio da leitura de uma TAG (etiqueta eletrônica) ou pela leitura da placa — Foto: Divulgação/CCR RioSP

É uma forma de pagamento automático das tarifas, sem as tradicionais praças de pedágio com cabines e cancelas localizadas em determinados pontos das estradas concedidas. A estrutura é formada por um pórtico com câmeras e antenas capazes de identificar os veículos por placas e tags e mandar a conta para o motorista ou proprietário.

Família Batista: conheça a escola suíça por onde Wesley Filho passou na preparação para liderar a JBS

Esse modelo reduz o pedágio de 15% a 20%. Todos os veículos pagam tarifa pelo trecho rodado. Nas vias convencionais, quem trafega só entre duas praças de pedágio acaba não pagando. O modelo está em teste num trecho da Rio-Santos (BR-101). Entre outras inovações a serem estimuladas estão drones de vigilância.



Renegociação de concessões antigas

Freire também chama a atenção para a necessidade de solução de problemas nos atuais contratos de concessão, ainda em vigor. O governo discute com quatro concessionárias, além da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), soluções consensuais para estradas em processos de relicitação ou caducidade, que passarão pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Fazem parte da iniciativa ECO101, à frente da BR-101 entre Espírito Santo e a Bahia; MSVIA, da BR-163 em Mato Grosso do Sul; Arteris Fluminense, da BR-101 no trecho do Rio; e ViaBahia, do sistema formado por diversos trechos no estado.

— Dois terços dos contratos atuais de concessão estão com problemas. E o terço que não está vai ficar. Por diversos fatores, mas um é a regulação muito fechada. Lista tudo o que precisa ser feito, mas, em qualquer choque econômico não tem mecanismos de correção. Apenas essas negociações vão destravar R\$ 40 bilhões em investimentos — diz o secretário George Santoro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PLACAR DO ARCABOUÇO FISCAL: GOVERNO TEM 143 DOS 257 VOTOS NECESSÁRIOS NA CÂMARA PARA APROVAÇÃO

A maioria dos deputados ainda não quis responder ao levantamento feito pelo Estadão desde o dia em que a nova regra foi entregue ao Congresso; os contrários são em sua maioria do PL e PSOL

Apesar de o governo prometer um placar expressivo na votação do arcabouço fiscal na Câmara, prevista para esta semana, apenas 143 deputados declaram abertamente que votarão a favor da nova regra fiscal para controle das contas públicas, segundo levantamento feito pelo Estadão. Por ser um projeto de lei complementar, o novo marco fiscal precisa de maioria absoluta para ser aprovado, ou seja, 257 votos.

No Placar do Arcabouço Fiscal, dos 455 deputados abordados pela reportagem até o momento (58 não foram encontrados), 104 se mostraram totalmente favoráveis à proposta, 39 declararam ser a favor com ressalvas ao texto e 43 são contrários. A maioria, porém – 269 deputados –, não quis responder.

A maior parte dos deputados contrários é das bancadas do PL e do PSOL. Já entre os favoráveis está em peso a bancada do PT, além de deputados do MDB, PSD, PCdoB, PP, PV, Podemos, Solidariedade e União Brasil.

Na quarta-feira passada, o projeto teve o regime de urgência (tramitação acelerada) aprovado com ampla folga: 367 votos favoráveis e 102 contrários. Isso garante que o projeto “fure a fila” de votação e vá direto a plenário, sem passar por comissões.

O Estadão começou a contatar os parlamentares desde que o texto elaborado pelo Ministério da Fazenda foi entregue ao Congresso, em 18 de abril. Inicialmente, a maioria dos deputados dizia que iria esperar o relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) antes de se manifestar, para analisar as eventuais mudanças na proposta.

No entanto, mesmo depois da apresentação do texto, na última segunda-feira, 15, a maioria expressiva dos parlamentares ainda não declara abertamente o apoio ao projeto, do qual depende toda a agenda econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O ministro tem se mostrado confiante. “Mais de 300 votos eu garanto”, afirmou Haddad na última quarta-feira, 17. Segundo ele, o objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é conseguir quórum de emenda constitucional (308 votos) para votação da nova regra fiscal, para que o tema não precise ser discutido novamente em um futuro próximo.

Como mostrou o Estadão, aliados de Lula no Congresso trabalham para usar a votação do arcabouço como uma amostra de que o governo é capaz de aprovar a reforma tributária ainda neste ano, revertendo a imagem de base fraca deixada pela derrota na Câmara com os decretos do saneamento.

O relatório de Cajado endureceu o texto elaborado pela Fazenda ao incluir sanções caso o governo não cumpra a meta fiscal estipulada, tornando obrigatório que o gestor acione os mecanismos de contenção de despesas para corrigir a rota, como a proibição de reajuste acima da inflação e abertura de concursos públicos.

O relator também tirou da lista de exceções ao limite de controle de gastos medidas como o piso da enfermagem e a capitalização de estatais não financeiras. Por outro lado, foram incluídos dispositivos que permitem ao governo gastar mais na largada da nova regra, em 2024 e 2025, como mostrou o Estadão.

Cajado afirmou que qualquer mudança no texto só será acatada mediante “amplo acordo” das lideranças partidárias. “Chegar a esse texto não foi fácil. Então vou dividir isso com o colégio de líderes, com o governo e com o próprio Arthur Lira (PP-AL)”, afirmou em entrevista ao Estadão. Por enquanto, PSOL, Novo, PL e União Brasil já protocolaram emendas (pedidos de alteração) ao texto

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/05/2023

ARCABOUÇO: INCLUSÃO DO FUNDEB NO LIMITE DE GASTOS APERTA REGRA A MÉDIO E LONGO PRAZO, REVELA TESOURO

Secretário Rogério Ceron minimizou brecha que permite ao governo gastar mais na largada; deputados pressionam para que fundo retorne à lista de exceções do novo marco

Por Adriana Fernandes e Mariana Carneiro

BRASÍLIA – Sem citar valores, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, revelou que o relatório do projeto do novo arcabouço fiscal contém alterações que tornam a regra mais apertada a médio e longo prazos. Um das razões é a inclusão no limite do novo teto de gastos das despesas para o Fundeb, fundo para a manutenção de desenvolvimento da educação básica.

“A valor presente, o espaço é negativo”, disse Ceron, que não quis mostrar, no entanto, de quanto seria a diminuição do espaço fiscal. Ele citou um prazo entre 2026 e 2027.



A fala do secretário foi feita quando ele criticava estimativas feitas por economistas do mercado, que apontaram um espaço maior de R\$ 80 bilhões para despesas nos primeiros anos de funcionamento da nova regra fiscal para as contas públicas.

Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional. Foto: Wilton Junior/Estadão

Pelos cálculos do Tesouro, o aumento no espaço para a despesas seria de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões em relação ao projeto do governo. Mas, em seguida, acabou deixando escapar que, no médio prazo, essa diferença seria negativa em relação ao projeto original.



“O fim do Fundeb (como exceção ao limite do teto de gastos) no arcabouço consome espaço orçamentário”, disse. Ele minimizou a brecha prevista no relatório que permite que o aumento dos gastos em 2024 (primeiro ano de vigência da regra) seja de 2,5% acima da inflação, o topo do limite prevista no projeto, que varia de 0,6% a 2,5%.

Pressão

Na véspera da votação, marcada para essa semana, há uma pressão para que o Fundeb seja retirado do teto de despesas e incluído de novo na lista das exceções.

No relatório do novo arcabouço fiscal, apresentado na semana passada, o relator, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), retirou da lista de exceções do limite de gastos da nova regra as despesas com Fundeb, que passam a ficar sujeitas ao “teto” do novo marco.

O relator, porém, incluiu um dispositivo que estabelece que o crescimento dos valores do fundo seja somado ao limite de gastos, como mostrou o Estadão. O texto diz que o teto “acompanhará” o crescimento das despesas do Fundeb – ou seja, quando o fundo cresce, o teto sobe na mesma medida para compensar.

É que a Constituição já prevê uma “escada” nas despesas com fundo até 2026, ampliando gradualmente os recursos para educação. Pelo relatório, cada degrau, conforme o projeto do arcabouço, vai ser acrescido ao limite de gastos do Executivo no período. Com isso, a participação da União no fundo sobe, de 2020 a 2026, de 10% para 23%.

Ceron explicou que, embora o relatório tenha incluído o Fundeb dentro do limite do novo teto de gastos, há de se considerar uma “dinâmica com a receita” que ocupa espaço fiscal, maior até do que do que o ganho. Ele não detalhou o que seria essa dinâmica.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/05/2023

QUAIS AS PROFISSÕES QUE MAIS DEVEM SER AFETADAS POR IAS COMO CHATGPT, SEGUNDO O PRÓPRIO CHATGPT

Experimento da UFMA mostra quais profissões devem ser mais afetadas pela disseminação da IA no mundo do trabalho

Por João Scheller

Com respostas avançadas e linguagem próxima dos humanos, não demorou para as pessoas começarem a se perguntar se softwares de inteligência artificial (IA) como o ChatGPT poderiam substituir suas profissões num futuro próximo. Para responder essa questão, o Laboratório de Convergência de Mídias da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) usou o próprio programa da OpenAI para analisar as profissões que mais seriam afetadas com o avanço da IA.

Produtor de conteúdo, designer gráfico, engenheiro de software e analista de dados estão entre as profissões que mais devem ser impactadas com o avanço da IA generativa — nome dado à inteligência artificial que consegue, a partir de comandos do usuário, gerar novos conteúdos com base em dados anteriormente analisados -, segundo o próprio ChatGPT.

“O índice mostra a pressão que você deve ter em se atualizar”, explica o professor da UFMA Márcio Carneiro, responsável pelo experimento. Ele explica que o índice não representa quais profissões devem deixar de existir por conta da IA, mas sim quais ocupações mais devem ser afetadas pela sua disseminação. “Se o profissional não faz essa atualização, ele vai sentir o impacto, porque o outro profissional da mesma função vai se apropriar da tecnologia e terá esses ganhos de produtividade”, explica.

Os criadores do experimento salientam, porém, que ele não utiliza dados empíricos reais, sendo baseado exclusivamente nas avaliações feitas pela inteligência artificial. Eles utilizaram técnicas de prompt design, que se debruçam sobre a maneira de fazer perguntas à inteligência artificial para

retornar as melhores respostas, para obter o retorno detalhado sobre as profissões que mais poderiam ser afetadas pela IA no futuro.



Índice mostra o nível de atenção que se deve ter com relação à disseminação da IA em diferentes profissões
 Foto: Rayner Peña R./EFE

Mudanças

Para Eduardo de Rezende Francisco, professor da FGV EAESP e chefe do departamento de Tecnologia e Data Science, as mudanças com a chegada da IA no mercado de trabalho se assemelham a outros momentos em que a tecnologia trouxe mudanças para o mercado de trabalho. “Ações humanas ou semiautomáticas dentro de grandes processos vão ser

muito afetadas e têm grandes chances de serem substituídas por uma inteligência artificial”, explica, ao mencionar as mudanças trazidas pela calculadora no passado.

A diferença, porém, é velocidade das mudanças. Francisco estima que transformações profundas devem ocorrer no mercado de trabalho num universo de dois a seis anos, o que irá fazer com que o domínio de computação básica, como uso de e-mail e editores de texto e planilhas, não seja mais suficiente. Neste cenário, noções de programação e análise de dados devem ser cada vez mais requisitadas.

“Se um ou dois players num determinado mercado fizerem uma mudança disruptiva usando inteligência artificial, mostrando de fato que deu certo, em poucos meses, todos os outros players irão fazer”, afirma.

Impacto da IA nas profissões

Experimento da UFMA utilizou o ChatGPT para analisar as áreas que mais poderiam ser impactadas pelo uso de IA no mercado de trabalho

| PROFISSÃO | PROBABILIDADE DE IMPACTO EM PORCENTAGEM |
|---------------------------|---|
| PRODUTOR DE CONTEÚDO | 95 |
| DESIGNER GRÁFICO | 90 |
| ENGENHEIRO DE SOFTWARE | 90 |
| ANALISTA DE DADOS | 80 |
| ATENDENTE DE CALL CENTER | 80 |
| ESPECIALISTA EM MARKETING | 80 |
| ANALISTA FINANCEIRO | 70 |
| DESENVOLVEDOR DE JOGOS | 70 |
| ENGENHEIRO | 70 |
| GERENTE DE LOGÍSTICA | 70 |
| ARQUITETO | 60 |
| ASSESSOR FINANCEIRO | 60 |
| CIENTISTA AMBIENTAL | 60 |
| ENGENHEIRO AUTOMOTIVO | 60 |
| ENGENHEIRO DE REDE | 60 |
| ESTILISTA | 60 |
| RECRUTADOR | 60 |
| ARTISTA | 50 |
| ATENDENTE DE LOJA | 50 |
| CHEF DE COZINHA | 50 |
| ENGENHEIRO DE ENERGIA | 50 |
| FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO | 50 |
| MÉDICO | 50 |
| PESQUISADOR | 50 |
| PESQUISADOR SOCIAL | 50 |
| PROFESSOR | 50 |

| | |
|---------------------|----|
| ADVOGADO | 40 |
| AGENTE DE SEGURANÇA | 40 |
| AGENTE DE VIAGENS | 40 |
| ANIMADOR DE EVENTOS | 40 |
| CORRETOR DE IMÓVEIS | 40 |
| DIRETOR | 40 |
| JORNALISTA | 40 |
| JUIZ | 40 |
| ASSISTENTE SOCIAL | 30 |
| MILITAR | 30 |
| PILOTO | 30 |
| TREINADOR | 30 |
| PRO PLAYER | 20 |

Fonte: Laboratório de Convergência de Mídias (LABCOM) da UFMA

ESTADÃO #f

Justificativa do impacto sobre algumas das profissões listadas

PRODUTOR DE CONTEÚDO

IA JÁ CONSEGUE CRIAR OBRAS ARTÍSTICAS, COMO MÚSICAS E PINTURAS. SUA EFICIÊNCIA EM GERAR CONTEÚDO CRIATIVO É UMA VANTAGEM PARA A INDÚSTRIA DO ENTRETENIMENTO

DESIGNER GRÁFICO

DESIGNS E LAYOUTS JÁ PODEM SER CRIADOS DE FORMA SEMIAUTOMATIZADA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. O AUMENTO DE DEMANDA POR MÍDIA DIGITAL DEVE IMPULSIONAR A PRODUÇÃO CADA VEZ MAIS RÁPIDA DE CONTEÚDO

ENGENHEIRO DE SOFTWARE

A IA GENERATIVA PODE SER USADA PARA CRIAR CÓDIGO E SOFTWARE DE FORMA MAIS EFICIENTE, ESPECIALMENTE PARA TAREFAS REPETITIVAS E ROTINEIRAS. A CAPACIDADE DE PRODUIR CÓDIGO MAIS RAPIDAMENTE PODE SER UMA VANTAGEM COMPETITIVA NA INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA

ATENDENTE DE CALL CENTER

CONTEÚDO DE MARKETING PERSONALIZADO PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS PODE SER CRIADO ATRAVÉS DE IA GENERATIVA. ALIADA À ANÁLISE DE DADOS, PODE AJUDAR NA CRIAÇÃO DE CAMPANHAS PERSONALIZADAS

ARQUITETO

APESAR DA IA ATUAR NA OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS, A INTERVENÇÃO HUMANA AINDA DEVE SER UTILIZADA PARA CRIAÇÃO DE DESIGNS EXCLUSIVOS E PERSONALIZADOS

RECRUTADOR

IA PODE SER USADA PARA ANÁLISE MAIS EFICIENTE DE CURRÍCULOS E SELEÇÃO DE CANDIDATOS. APESAR DA DIFICULDADE DE AVALIAÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS E EMOCIONAIS

ARTISTA

APESAR DA POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE ARTE ATRAVÉS DE IA, A NATUREZA ALTAMENTE SUBJETIVA E CRIATIVA DA ARTE AINDA DEVE REQUERER A INTERVENÇÃO HUMANA, APESAR DA POSSIBILIDADE DE USAR A TECNOLOGIA PARA GANHO DE PRODUTIVIDADE

MÉDICO

O TATAMENTO DE PACIENTES EXIGE HABILIDADES INTERPESSOAIS E DE COMUNICAÇÃO ALÉM DE UMA COMPREENSÃO ABRANGENTE DE DIFERENTES CONDIÇÕES MÉDICAS. A IA GENERATIVA PODE SER USADA, PORÉM, PARA ANÁLISE DE DADOS E DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS

PROFESSOR

POR SE TRATAR DE UMA ATIVIDADE DE NATUREZA COMPLEXA E PERSONALIZADA, A EDUCAÇÃO AINDA DEVE REQUERER A INTERVENÇÃO HUMANA, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À INTERAÇÃO INTERPESSOAL, FEEDBACK E SUPORTE EMOCIONAL

ADVOGADO

IA PODE SER USADA NA ANÁLISE DE CASOS COM MAIS EFICIÊNCIA, APESAR DA COMPLEXIDADE DO DIREITO E A NATUREZA HUMANA DO SISTEMA JUDICIÁRIO

PILOTO

IA GENERATIVA PODE SER USADA PARA AUXILIAR NA NAVEGAÇÃO E CONTROLE DE AERONAVES, MAS HÁ LIMITAÇÕES NA SUA CAPACIDADE DE LIDAR COM SITUAÇÕES INESPERADAS E IMPREVISÍVEIS

TREINADOR

IA PODE SER USADA PARA ANÁLISE DE DADOS E ESTRATÉGIA DE JOGO, MAS A NATUREZA ALTAMENTE IMPREVISÍVEL E EMOCIONAL DOS ESPORTES ELETRÔNICOS TORNA A INTERVENÇÃO HUMANA ESSENCIAL PARA A TOMADA DE DECISÕES

Fonte: Laboratório de Convergência de Mídias (LABCOM) da UFMA

ESTADÃO #f

Social

As mudanças trazidas pela IA, com seu impacto profundo na organização social e no futuro de diferentes profissões, traz a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a requalificação de diferentes profissionais, segundo os professores. “A humanidade como um todo vai ter que vencer um desafio de letrar digitalmente um contingente de pessoas que tinham um conhecimento, nenhum ou mínimo, sobre tecnologia”, afirma Francisco.

O Labcom da UFMA, por exemplo, tem tomado iniciativas nesse sentido, através do Inovacom, programa piloto de formação profissional para pequenas organizações — públicas, privadas ou do terceiro setor. O projeto busca ajudar na compreensão das mudanças trazidas pela IA no mundo do trabalho e dar treinamentos para que profissionais de diferentes áreas possam se utilizar de tecnologias já existentes no seu dia a dia.

“A gente apresenta a inteligência artificial para desmistificar um pouco e aí seguimos na organização para identificar onde é que ela poderia entrar gerando ganhos de produtividade”, explica o professor Márcio Carneiro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
 Data: 22/05/2023

‘TEMOS PAÍS EM QUE NÃO SE PODE INVOCAR FAZER MAIS REFORMAS PARA BAIXAR TAXAS DE JUROS’, DIZ PACHECO

O presidente do Senado afirmou que o atual nível dos juros é um inibidor dos objetivos do novo governo de aceleração de crescimento.

Por Eduardo Laguna, Bruno Luiz e Thais Barcellos

São Paulo e Brasília - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse hoje que o atual nível dos juros é um inibidor dos objetivos do novo governo de aceleração de crescimento. Para o senador, não se deve cobrar mais do Congresso novas reformas para baixar os juros, uma vez que, na avaliação dele, já existem condições para os juros caírem.

Pacheco deu as declarações em seminário sobre autonomia do Banco Central (BC) promovido pela Folha de S.Paulo logo após participação do presidente do BC, Roberto Campos Neto, no evento. O chefe do BC defendeu a realização de reformas como o caminho para o Brasil aumentar a sua capacidade de crescimento sem pressões inflacionárias.

“Temos um País em que não se pode invocar fazer mais reformas para baixar taxas de juros”, declarou Pacheco, após citar reformas estruturais e marcos regulatórios aprovados pelo Legislativo nos últimos anos, entre elas a própria autonomia do BC. O parlamentar disse também que ainda nesta semana deve ser votado o arcabouço fiscal e existe a perspectiva de aprovação da reforma tributária.



Ao considerar acertada a aprovação da autonomia do BC - “se foi acertada ou não, no âmbito político, me cabe acreditar em acerto” -, Pacheco disse não ver a possibilidade de mudanças na lei para restringir a atuação da autoridade monetária. “Não vejo ambiente de revogação da lei de autonomia do Banco Central”, afirmou. A elevação dos juros, comentou, é o motivo que leva aos questionamentos à autonomia do BC.

O presidente do Senado afirmou que o atual nível dos juros é um inibidor dos objetivos do novo governo de aceleração de crescimento. Foto: Rosinei Coutinho/STF

O senador vê como “justificado” o descontentamento de boa parte da sociedade, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Congresso em relação ao nível da taxa Selic, hoje em 13,75% ao ano, por ser um “entrave” ao crescimento. “Deve haver sensibilidade social do Banco Central para as necessidades mais prementes do Brasil”, assinalou Pacheco, que fez um apelo para a redução da Selic de forma gradativa, sem movimentos bruscos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/05/2023

‘ACHEI QUE O TRABALHO DO BC, SUBINDO JURO DURANTE A ELEIÇÃO, SERIA RECONHECIDO’, DIZ CAMPOS NETO

Segundo o presidente do Banco Central, personalização das críticas em relação à Selic mostra um baixo conhecimento sobre a atividade da autoridade monetária

Por Thais Barcellos e Eduardo Laguna

Brasília e São Paulo - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta segunda-feira, 22, que a “personalização” das críticas ao BC em seu nome mostra baixo conhecimento no processo de amadurecimento da autonomia da autoridade monetária. Ele ainda disse que esperava que o aumento de juros realizado pelo BC em meio à campanha eleitoral fosse reconhecido pelo governo.

Campos Neto destacou, em seminário promovido pelo jornal Folha de S.Paulo, que o amadurecimento sobre a autonomia da instituição, que está completando dois anos, tende a aumentar ao longo do tempo, inclusive com a entrada de novos diretores no BC. Recentemente, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, e o técnico da autarquia Ailton Aquino foram indicados para as vagas abertas. Duas novas cadeiras podem ser alteradas em dezembro, conforme a lei de autonomia.

“Vamos ter [novos] diretores, que têm toda capacidade de ter opiniões diferentes, mercado vai entender as opiniões diferentes. Isso já acontece hoje”, disse, citando a divergência da reunião de setembro, quando dois diretores votaram por nova alta de juros, enquanto a maioria decidiu pela estabilidade da taxa.

Campos Neto reconheceu que o presidente da República tem direito de entrar em debate sobre taxa de juros, como está acontecendo, inclusive, em vários países. Mas confessou que acreditou que o trabalho do BC seria reconhecido, uma vez que subiu bastante os juros em um ano eleitoral em 2022, para garantir que a inflação seria mais comportada “independentemente de quem ganhasse”.

“Confesso que considere que isso seria reconhecido. Fizemos aumento muito grande, com todos os questionamentos se era bom para o governo”, apontou. “Faz parte do debate. Algumas declarações vêm no sentido de não ter entendido as regras do jogo. É importante entender que desenhamos autonomia, que tem regras a serem seguidas.”

Ganhos com a autonomia do BC

O presidente do BC defendeu que os ganhos da autonomia da autoridade monetária não são vistos “a curto prazo”, mas que a experiência em outros países mostra que ela diminui a volatilidade na economia.

“Na média, os estudos mostram que a autonomia faz com que a inflação seja mais baixa e menos volátil. Os ganhos da autonomia estão aí, se a gente não tivesse autonomia, no período de eleição brasileira, a gente teria tido mais volatilidade nos mercados”, disse.

Campos Neto mencionou o exemplo da Argentina, para quem, segundo ele, a autonomia do Banco Central local foi mal formulada, gerando explosão dos juros.



Segundo o presidente do Banco Central, personalização das críticas em relação à Selic mostra um baixo conhecimento sobre a atividade da autoridade monetária. Foto: Pedro França/Agência Senado

Ele disse ainda que a autoridade monetária realiza “suavização monetária”, mas ponderou que o processo tem “perdas e ganhos”. “A suavização tem ganho de um lado e perda de outro. Tenho ganho de suavizar porque causo dano menor na economia. Por outro lado, se eu suavizo por muito tempo, perco credibilidade e causo dano maior, com efeitos no crescimento econômico”,

defendeu.

Mudança de meta de inflação

Campos Neto evitou tecer avaliações sobre uma possível mudança da sistemática de meta de inflação de ano-calendário para contínua, como vem sendo defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o processo é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), onde o BC tem apenas um voto, mas voltou a alertar para movimentos em momentos de questionamentos, o que podem trazer desdobramentos negativos.

“Faz parte das regras do jogo o governo definir a meta que quer ter e o BC ter as ferramentas de forma autônoma para perseguir inflação. Seria muito conflituoso o BC decidir própria meta”, disse. “O governo tem autonomia para decidir a meta, o BC atua como conselheiro. Não cabe ao BC comentar se uma é melhor que a outra.”

O presidente do BC afirmou, porém, que é preciso se atentar para as alterações que são feitas em momentos de “questionamento”. “Às vezes, mudanças feitas para gerar eficiência podem ser interpretadas como mudanças para ganhar flexibilidade. Temos elementos históricos de que esse não é caminho. Melhor caminho é perseguir a meta e melhorar eficiência do regime”, disse, citando o caso da Argentina, onde as expectativas inflacionárias e a inflação subiram e o câmbio despencou.

Sobre uma elevação do nível da meta, o presidente do BC destacou que há uma discussão global sobre o tema em meio ao choque inflacionário da economia. Alguns defendem a mudança, enquanto outros argumentam que a alteração poderia gerar a impressão errada, aumentando os prêmios de riscos das expectativas ante a meta. “O BC debateu isso internamente e entende que mudar a meta para cima não traria flexibilidade”, repetiu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/05/2023

PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO PARA ESTE ANO TEM QUEDA SIGNIFICATIVA COM REDUÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS

No Boletim Focus, do BC, expectativa para o IPCA caiu de 6,03% para 5,8%; previsões para a Selic, porém, ficaram estáveis
Por Thais Barcellos

Brasília - Sob o efeito da redução de preço dos combustíveis e do alívio em preços de commodities, a projeção para a inflação de 2023 teve uma queda significativa no Boletim Focus desta semana, enquanto a estimativa para 2024, foco da política monetária, continuou sua trajetória de leve recuo.

A expectativa para o IPCA, o índice de inflação oficial, deste ano no Focus - uma pesquisa feita pelo Banco Central com analistas de mercado - cedeu de 6,03% para 5,8%. Um mês antes, a mediana era de 6,04%. Para 2024, a projeção mostrou redução pela terceira semana seguida, de 4,15% para 4,13%, ante 4,18% de quatro semanas atrás.

Apesar da queda forte nesta semana, a mediana no Focus para a inflação oficial em 2023 ainda está cerca de 1 ponto porcentual acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central. Para 2024, a mediana supera o centro da meta (3%), mas está dentro do intervalo de tolerância superior, que vai até 4,5%.



Para Fernando Haddad, Focus está em linha com as projeções da SPE Foto: Wilton Junior/Estadão

Na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, o BC manteve suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,8% em 2023 e 3,6% para 2024. Em um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante, as projeções da autoridade são de 5,7% para 2023 e 2,9% para 2024.

Em declaração feita ao chegar ao ministério na manhã desta segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a redução da inflação para 2023 apontada pelo boletim Focus “está em linha com as projeções da SPE (Secretaria de Políticas Econômicas)”.

Projeções para a Selic

Em relação à taxa básica de juros, a expectativa para o fim de deste ano continuou estável no Boletim Focus. No início do mês, o Copom decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano pela sexta reunião seguida. A mediana para a Selic no fim de 2023 seguiu em 12,5% ao ano pela quinta semana consecutiva. Para o término de 2024, a expectativa também continuou em 10% pela 14ª vez.

Na terceira reunião do Copom no novo governo Lula, o colegiado afirmou que a apresentação do arcabouço fiscal reduziu parte da incerteza, mas que a conjuntura é marcada por um processo de desinflação que tende a ser lento em meio às expectativas de inflação desancoradas. Segundo o colegiado, esse contexto demanda maior atenção na condução da política monetária.

O BC ainda repetiu que vai continuar vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa Selic por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação à meta. Mas acrescentou que o cenário de retomada da alta de juros é menos provável, embora garanta que não hesitará em tomar esse caminho caso o processo de desinflação não ocorra como o esperado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/05/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

DE OLHO EM GÁS PARA CLIENTES FINAIS, ENEVA REFORÇA SUAS OPERAÇÕES NO NORDESTE COM HUB SERGIPE

Empresa, que é o principal player privado de produção de gás onshore, quer ampliar uma das maiores termelétricas do Brasil e entregar gás para o consumidor final após aquisição da Celse

Por Eneva



Hub Sergipe, controlada pela Eneva, tem capacidade de geração de 1,6GW e capacidade de expansão de 3,2GW já licenciada — Foto: Divulgação/Eneva

Entregar gás para clientes finais e oferecer uma carteira de serviços flexíveis para grandes players do setor. Essas são algumas das pretensões da Eneva em Sergipe. A empresa, que é o principal player privado de produção de gás onshore do país, vem reforçando

suas operações no estado nordestino, entendendo a região como uma nova fronteira para óleo e gás — tudo suportado por um ambiente de negócios amigável.

Em um cenário em que o gás natural reforça sua importância global na transição para uma economia de baixo carbono, a Eneva se apoia em sua operação sergipana para ampliar conexão com parceiros e o acesso a novos mercados.

“Acreditamos nas potencialidades a serem destravadas em óleo e gás a partir da região. Além da possibilidade de implementar novas termelétricas, enxergamos a oportunidade de vender gás e comercializar serviços. Temos uma situação perfeita para proporcionar parcerias com flexibilidade”, afirmou Marcelo Cruz Lopes, diretor executivo de Marketing, Comercialização e Novos Negócios da Eneva. “Entre os clientes já mapeados, incluindo empresas parceiras e fábricas de fertilizantes, já temos nove milhões de metros cúbicos/dia em oportunidades potenciais já prospectadas”, completou.

Disposta a compartilhar sua visão sobre este momento promissor no estado, a Eneva participou do Sergipe Day, evento realizado no último dia 25 na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista. A programação contou com a participação das principais lideranças sergipanas, incluindo o governador, Fábio Mitidieri, e o senador e relator da Nova Lei do Gás, Laércio Oliveira. Empresas do setor de petróleo, gás e fertilizantes, que já atuam na região e identificam Sergipe como um indutor de desenvolvimento, também prestigiaram o evento.



O conteúdo do Sergipe Day, na íntegra, permanece disponível no canal do Valor no YouTube.
<https://youtu.be/nGbFFtmAQwI>

Como lembrou o diretor da Eneva, Sergipe está localizado estrategicamente no centro da Região Nordeste e conta com 30 milhões de potenciais consumidores num raio de 500 quilômetros. E, com a recente descoberta de novos campos a serem explorados pelo Projeto Sergipe Águas Profundas, caminha para se tornar a nova fronteira de óleo e gás no Brasil.

“Acreditamos no estado e demonstramos essa postura com a aquisição da Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), que mobilizou R\$ 10,2 bilhões”, comentou Lopes durante o evento.



Marcelo Cruz Lopes, diretor executivo de Marketing, Comercialização e Novos Negócios da Eneva durante o Sergipe Day — Foto: Divulgação/Eneva

O acordo, firmado há um ano, levou a Eneva a controlar a Usina de Porto de Sergipe, rebatizada como Hub Sergipe, localizada em Barra dos Coqueiros, município da Região Metropolitana de Aracaju (SE). O hub conta com uma usina com capacidade de geração de 1,6GW, o equivalente a 15% da demanda de energia da Região Nordeste, e com capacidade de expansão de 3,2GW já licenciada.

O complexo inclui ainda uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação de gás natural (FSRU), com capacidade de regaseificação de 21MMm³ — que estará conectada à rede no próximo ano, quando será concluída uma obra contratada junto à Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG).

Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação de gás natural (FSRU) em Sergipe — Foto: Divulgação/Eneva

A usina é movida a gás natural e gera energia em um ciclo combinado de gás e vapor. O gás natural utilizado chega à unidade na forma de gás natural liquefeito (GNL), depois é regaseificado na unidade de armazenamento e regaseificação.



Após esse processo, o gás é utilizado para gerar energia segura e competitiva para todo o país. “Resultado da maior aquisição da história da empresa, a compra da Celse foi fundamental para a Eneva alcançar 6,3GW de capacidade de geração de energia, entre projetos já em operação ou contratados”, informou Lopes.

Dessa forma, a Eneva continua diversificando seu portfólio de ativos, que incluem, por exemplo, o complexo Solar Futura, na Bahia, e a operação Azulão-Jaguatirica, que leva gás natural liquefeito para proporcionar segurança energética a Roraima. Sergipe se soma, de forma estratégica, aos planos da companhia para os próximos anos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/05/2023

INDENIZAÇÃO À INFRAMÉRICA PODERÁ SER FEITA COM ACERTO DE CONTAS NO AEROPORTO DE BRASÍLIA, DIZ MINISTRO

A transferência do aeroporto do Rio Grande do Norte da Inframérica à Zurich só pode acontecer uma vez que a indenização pelos investimentos realizados e não amortizados for paga, afirmou Márcio França

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O pagamento da indenização à Inframérica pela devolução da concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) poderá ser feito por meio de um acerto de contas com as outorgas anuais devidas pelo aeroporto de Brasília, também operado pela empresa argentina, em parceria com a Infraero.

“A Inframérica tem pagamentos a serem feitos todos os anos, pelos próximos anos. Neste ano, deve ficar próximo do que eles têm a receber pelo Rio Grande do Norte”, afirmou o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França.

Ele também afirmou que não haveria dificuldade para incluir a rubrica no orçamento deste ano, se necessário.

A transferência do aeroporto potiguar da Inframérica à Zurich só pode acontecer uma vez que a indenização pelos investimentos realizados e não amortizados for paga. Parte do ressarcimento deverá ser pago diretamente pela Zurich, que ofereceu R\$ 320 milhões no leilão realizado nesta sexta. Porém, a diferença deverá ser desembolsada pela União.

O valor final do ressarcimento foi calculado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em R\$ 550 milhões. O valor poderá sofrer variações decorrentes de correção monetária ou eventuais descontos por multas não pagas e reequilíbrios pendentes.

O montante final deverá ser definido pela agência em um prazo de cerca de um mês, segundo o presidente da Anac, Tiago Sousa Pereira. “O processo será sorteado a um diretor que vai relatar. Esperamos que em cerca de um mês tenhamos o valor final, para submeter ao TCU [Tribunal de Contas da União]”, disse.



Aeroporto Internacional de Brasília — Foto: Ruy Baron/Valor

Nova portaria sobre uso de precatórios O Ministério dos Portos e Aeroportos prevê que a nova portaria sobre o uso de precatórios para o pagamento de outorgas de concessões seja publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) em cerca de 15 dias, afirmou França.

“O Messias [Jorge Messias, ministro da AGU] disse que em 15 dias faria a nova portaria disciplinando as regras. Isso será feito em conjunto com a Fazenda”, disse.

Ele explica que há algumas dúvidas sobre os procedimentos referentes ao pagamento. Uma delas, por exemplo, no caso dos aeroportos, é se o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que pela lei é quem recebe as outorgas das concessões, será ressarcido, caso sejam usados precatórios de outros



órgãos. Além disso, não está claro se outorgas contratadas antes da emenda constitucional que permitiu o uso dos precatórios também poderão ser abatidas dessa forma.

A discussão tem travado a assinatura das concessões da Aena, que conquistou o bloco de 11 aeroportos liderado por Congonhas, e da XP, que arrematou o bloco de Campo de Marte e Jacarepaguá.

“Estes são os primeiros casos, então é natural que tenha alguma discussão sobre isso”, disse o ministro. “A Fazenda reembolsará os fundos? E, se precatórios que são posteriores, por exemplo, que vencem em 2024, 2025. Tem que ter deságio para que sejam aceitos, ou serão aceitos por valor de face? E tem outro detalhe, uma outorga anterior à emenda constitucional pode aceitar? Posso aceitar no caso das empresas querem antecipar outorgas futuras? São decisões que o governo terá que tomar”, afirmou.

“E naturalmente pode acontecer judicialização de qualquer jeito”, disse. Ele avalia que a eventual aceitação de precatórios em concessões leiloadas antes da emenda constitucional poderia gerar questionamentos de grupos que participaram da concorrência, mas perderam. “Então não é algo simples. Todo mundo quer tomar as precauções para não ter problemas futuros.”

Posição do TCU

O governo federal aguarda um posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de encerrar os processos de devolução em curso dos aeroportos de Viracopos (SP) e Galeão (RJ), além de possíveis renegociações dos contratos, afirmou o ministro.

“Nosso entendimento é que é possível fazer ‘desistência da desistência’. Mas para reforçar fizemos uma consulta por escrito ao presidente do TCU. Ele já sorteou o relator, que será o ministro Vital do Rêgo. Em duas semanas devemos ter também um apontamento do TCU, se é possível operar a desistência da desistência, em quais condições e eventualmente fazer uma remodelação do contato, em função dessa nova circunstância”, disse ele.

No caso do aeroporto do Galeão, o governo federal adiou uma reunião que seria realizada neste mês com o governo do Rio e a prefeitura da capital, porque o presidente Luís Inácio Lula da Silva pediu para estar presente no encontro. Além disso, a operadora Changi também pediu o adiamento para o fim de maio, porque a empresa precisaria conversar com o conselho do grupo, em Cingapura.

“A empresa disse que quer desistir da desistência, mas não fizeram isso ainda com documento. E para iniciar o procedimento precisamos começar com os documentos”, disse o ministro.

Em relação a Viracopos, ele afirmou que o processo está mais adiantado e que, neste momento, “está sendo feito o acordo sobre o que cada um tem que pagar de ressarcimento do seu lado, na arbitragem”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/05/2023

INFRAESTRUTURA E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

É em torno das rodovias que se concentra cerca de 95% do desmatamento na região
Por Joana Chiavari e Juliano Assunção

A Amazônia, além da floresta deslumbrante, é terra de grandes distâncias e muito mais isolada que o restante do país. Enfrentar o desafio logístico é fundamental para o melhor aproveitamento das áreas já desmatadas, ainda muito aquém de seu potencial produtivo. De fato, criar condições para maior geração de renda e emprego nas áreas já abertas é tão importante quanto a proteção da floresta. Mais do que isso, é justamente a integração do melhor aproveitamento das áreas disponíveis com a proteção florestal que irá garantir um futuro melhor e mais sustentável para a região.



— Foto: *Edilson Dantas/Agência O Globo*

A consulta pública sobre o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, mais conhecido como PPCDAm, oferece uma oportunidade única. E, desta vez, a agenda de infraestrutura deve ser alçada a eixo estruturante na nova edição do Plano de Ação.

O PPCDAm foi a força motriz para a redução de 84% do desmatamento no Brasil entre os anos de 2004 e 2012. Isso ocorreu através de diversas estratégias de controle ambiental estabelecidas pelo Plano. Uma delas foi o uso de instrumentos de sensoriamento remoto associado à fiscalização ostensiva em locais críticos. De modo complementar, foi realizada a criação estratégica de áreas protegidas para conter a derrubada de florestas.

Outra medida empregada foi a adoção de incentivos financeiros para promover regularidade ambiental, por exemplo, condicionando o acesso ao crédito rural ao cumprimento de leis ambientais. O progressivo enfraquecimento do PPCDAm - a partir de 2016 e posteriormente agravado em 2019 - permitiu que o desmatamento atingisse as maiores taxas na última década. Desde o seu encerramento, em 2020, não tinha sido concebida uma nova fase para dar continuidade ao Plano de Ação, algo que o governo atual pretende corrigir.

Uma das grandes novidades desta quinta fase do PPCDAm é a adoção da meta de atingir o desmatamento zero em 2030. Desmatamento zero, no contexto do novo Plano, significa não reduzir a área de vegetação nativa da floresta amazônica. Também significa a obrigatoriedade de realização de ações efetivas de restauração florestal que compensem qualquer desmatamento residual, como aquele causado pela implantação de projetos de infraestrutura na região. A estratégia sob consulta compreende quatro eixos temáticos caracterizados pelo monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; instrumentos normativos e econômicos; e atividades produtivas sustentáveis. Entretanto, o objetivo de zerar o desmatamento até 2030 exige que se dê maior relevância ao tema de infraestrutura.

De fato, a implantação de infraestrutura tem sido um dos principais indutores da conversão de florestas na Amazônia ao longo das últimas três décadas, e as rodovias se destacam nesse aspecto. É em torno delas que se concentra cerca de 95% do desmatamento na região. Além disso, os setores rodoviário, energético e de mineração localizados na bacia Amazônica, em conjunto, ameaçam mais de 50% das áreas protegidas, incluindo as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas. Sendo assim, a inclusão do tema infraestrutura como objetivo 11 do Plano é medida importante, mas não é suficiente. Para reverter o nexos histórico entre infraestrutura e desmatamento, é necessário que o tema seja alçado ao eixo estruturante da quinta fase do PPCDAm.

O tema de infraestrutura sustentável deixou de ser estruturante para o PPCDAm em 2005.

Naquele ano, decidiu-se integrar o eixo de infraestrutura do Plano ao Programa Amazônia Sustentável (PAS). Desde então, a agenda perdeu prioridade. Como resultado, grandes obras foram realizadas sem a formulação de políticas específicas de prevenção e controle do desmatamento para antecipar os impactos socioambientais. Isso teve desdobramentos trágicos, como o aumento da conversão de florestas, dos conflitos fundiários e socioambientais e da ocupação e uso irregulares da terra. Além disso, não gerou benefícios significativos para a população local.

A retomada do tema ajudaria a prevenir esses graves problemas, tendo em vista o portfólio de empreendimentos previstos para a região, e facilitaria, inclusive, a fundamental articulação do governo federal com os Estados que possuem planos de infraestrutura próprios com potencial para impactar a meta de desmatamento zero adotada pelo governo. Só no Estado do Pará, por exemplo, está prevista a implementação de cerca de 90 projetos de rodovias estaduais.

A gestão da infraestrutura de qualidade é uma agenda com imensa capacidade de atrair capital para a geração dos bens e serviços básicos para a população e para a economia da região Amazônica e deve ser compatível com a preservação da floresta e do clima. Serviços de infraestrutura para o fornecimento de água, saneamento, saúde, mobilidade e energia locais são essenciais para a população da Amazônia. A infraestrutura local funciona também como incentivo ao produtor rural na adoção de práticas intensivas de uso da terra, redução dos custos de transporte de insumos e produtos, acesso à assistência técnica e energia para eventual processamento, além de ser um importante estímulo à bioeconomia.

Para avançar nessa direção, mudanças no desenvolvimento de infraestrutura na Amazônia são fundamentais. É necessário corrigir o processo de tomada de decisão e antecipar a análise dos riscos socioambientais dos projetos, que, hoje em dia, ocorre somente durante o licenciamento ambiental. É preciso, ainda, aprimorar o processo de seleção dos projetos menos impactantes e de implementação de medidas mitigatórias, evitando que empreendimentos de má qualidade alcancem uma etapa quase irreversível.

Num momento em que o governo federal deseja recuperar o protagonismo internacional na mitigação das mudanças climáticas e no combate ao desmatamento, a infraestrutura sustentável precisa ser priorizada para a implementação de ações efetivas na região Amazônica e para evitar repetir erros do passado - e isso envolve o seu reconhecimento como eixo estruturante na nova edição do PPCDAm.

Joana Chiavari, doutora em análise e governança climática, é diretora de pesquisa do Climate Policy Initiative/PUC-Rio.

Juliano Assunção, doutor em economia, é diretor executivo do Climate Policy Initiative/PUC-Rio e diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ATP LEVA MINISTRO MÁRCIO FRANÇA, DIRETORES DA ANTAQ E ASSOCIADAS PARA SUA PRIMEIRA MISSÃO INTERNACIONAL, NA BÉLGICA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/05/2023 - 10:37



Murillo Barbosa, diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados, lidera grupo que visitará portos belgas de 22 a 26 de maio

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, e o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, participarão de missão de cinco dias destinada a visitar os terminais portuários na Bélgica, a partir desta segunda-feira (22). Eles analisarão o padrão de gestão dos portos belgas, que tem flexibilidade de administração muito semelhante



à de um porto privado, ao lado do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, e de outros executivos do segmento.

Liderada pela ATP, a comitiva, com 39 participantes, visitará o Porto de Antuérpia, um dos maiores da Europa; o Porto de Ghent, um dos maiores portos fluviais do continente; e o Porto de Zeebrugge, importante centro de transporte e logística para cargas; entre outros locais. Representantes de 16 empresas associadas à entidade também compõem o grupo.

“A escolha dos portos belgas possui duas justificativas centrais. A primeira é a parceria do porto da Antuérpia com o Porto do Açu, o que facilitou a organização da viagem. A segunda é o padrão de gestão dos portos belgas que, embora adotem o modelo Landlord, têm uma flexibilidade de gestão muito semelhante à de um porto privado”, ressaltou o presidente da ATP. Ele destacou que a Missão ATP Bélgica é uma das atividades que celebram os 10 anos da associação.

O LandLord Port é um modelo de gestão portuária em que a infraestrutura do porto é provida pelo Estado, e o setor privado fica responsável pelo fornecimento de superestrutura e pela realização das operações portuárias, por meio de arrendamentos (concessões).

Também integram a missão os diretores da Antaq Alber Furtado, Caio César Farias Leônico e Wilson Lima e o diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Valter Souza.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/05/2023*

ARTIGO - O CREDITAMENTO DE PIS/COFINS SOBRE GASTOS COM A APLICAÇÃO DA LGPD NOS TERMINAIS PORTUÁRIOS

Por José Carlos Higa de Freitas e Marcos Ricardo Castilho Javarotti OPINIÃO 21/05/2023 - 20:49

A revolução digital impôs a necessidade do tratamento de um grande volume de dados em muitas atividades econômicas, dentre elas, todo setor de logística.

Os terminais portuários coletam e compartilham dados com uma série de players do setor: armadores, agentes, transportadores, órgãos e autoridades públicas, etc. Este constante fluxo de informações atrai a responsabilidade de compliance com normas de proteção de dados, abrangendo, inclusive, o cenário internacional.

É possível dizer que a adequação à lei geral de proteção de dados não é uma opção, mas sim uma necessidade inerente à própria atividade econômica de desenvolvimento da operação portuária.

Assim, os gastos com a aplicação da LGPD se enquadrariam no conceito de insumo, tal qual estabelecido no Recurso Especial nº. 1.221.170/PR, por possuir traços de essencialidade para a prestação de serviços realizada pelos terminais portuários.

Nota-se, por oportuno, que os terminais portuários são obrigados a coletar e armazenar dados com o intuito de atender o pressuposto de segurança portuária em suas operações.

A título de exemplo, o ISPS Code exige que o terminal colete o dado pessoal de quem pretenda acessar as suas dependências. Porém, a exigência da norma de segurança portuária acaba aí. A partir desse momento entra as exigências da LGPD, em como realizar o tratamento desses dados, como e onde armazenar, por quanto tempo armazenar, como realizar a exclusão, como garantir os direitos do titular, etc.

A exigência legal de proteção, irradiada através de diversas normas de regulação, denota a imprescindibilidade do tratamento de dados, atividade que integra as despesas diretas e indiretas das empresas portuárias.

Em decisão recente, o Tribunal Regional Federal da 2ª região reconheceu o direito de uma empresa de tecnologia e meios de pagamento ao aproveitamento dos créditos do PIS e COFINS referentes aos gastos com a Lei Geral de Proteção de Dados. Ainda que seja um precedente isolado, esta decisão representa uma luz no final do túnel, que pode incentivar outros setores a buscar o mesmo direito.

O setor portuário teria condições de acompanhar este movimento, dada as razões pinceladas acima. Pelo menos é isto que se espera. Brigar, entendendo que as normas positivadas precisam estar atentas a forma de encadeamento do processo produtivo, evitando a cumulatividade, que tanto prejudica as atividades econômicas em nosso país.

José Carlos Higa de Freitas (josecarlos@miller.adv.br) é advogado na Advocacia Ruy de Mello Miller e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2015). Atuação em departamento jurídico e escritórios de advocacia. Experiência na área contratual, consultiva e de contencioso estratégico nos setores de infraestrutura, transportes e comércio exterior

Marcos Ricardo Castilho Javarotti (marcosricardo@miller.adv.br) é advogado na Advocacia Ruy de Mello Miller e Especialista em Direito Digital e Compliance pela Faculdade Ibmec São Paulo (2020)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2023

WILSON SONS BATE RECORDE DE PRODUTIVIDADE NO TECON RIO GRANDE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21/05/2023 - 20:08



A Wilson Sons obteve resultado expressivo na movimentação do primeiro quadrimestre do ano no Tecon Rio Grande, terminal de contêineres da companhia localizado em Rio Grande/RS. Entre janeiro e abril, o terminal registrou crescimento de 11% em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando a marca de 198.857 TEUs.

Ainda no primeiro quadrimestre, o terminal registrou novo recorde de produtividade, durante a operação do navio "Mediterranean Express", em janeiro. Nesta escala, foram movimentados 1.567 contêineres, atingindo a média de 42 contêineres movimentados

por hora (MPH) em cada guindaste de cais utilizado.

Para Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande, uma série de fatores colaboram para este resultado de produtividade do terminal ao longo de seus anos de operação. "Além de cumprirmos nossos compromissos contratuais, realizamos grandes investimentos no Tecon Rio Grande, incrementando a capacidade e a produtividade do terminal por meio de modernização tecnológica de equipamentos, processos e adequação da infraestrutura", explica. "Mais automatizado terminal de contêineres do Brasil, o Tecon Rio Grande tem papel fundamental para a logística das empresas gaúchas, uma vez que oferece uma alternativa segura e confiável para armazenagem e movimentação dos mais diversos tipos de carga", completa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2023

OCYAN COMEMORA AUMENTO DE MULHERES EM FUNÇÕES OFFSHORE

Da Redação OFFSHORE 21/05/2023 - 20:03



A Ocyan celebra a ampliação de 13% da participação feminina em cargos de liderança na companhia. Signatária do Movimento Elas Lideram 2030 da ONU, a empresa tem o compromisso de ter 50% de mulheres onshore até 2030

Entre 2019 e 2022, a participação de mulheres em postos de comando da companhia subiu de 19% para 32%.

A partir da pesquisa "O mar também é delas" realizada pela Ocyan em parceria com o Instituto Ipsos foi

possível traçar um perfil da mulher offshore (que atua em sondas, plataformas e navios-plataforma) de diversas empresas do setor de petróleo do Brasil. "O cenário traçado por esta pesquisa nos ajuda a entender os desafios que a indústria de óleo e gás enfrenta para tornar o ambiente offshore cada vez mais inclusivo para as mulheres. Foram identificadas lacunas para melhorias no processo de atração, recrutamento, desenvolvimento e retenção de talentos, que permitem insights para melhorias visando ao bem-estar das profissionais embarcadas", afirma André Luiz Barros, gerente de Comunicação, Responsabilidade Social e Diversidade da Ocyan.

Na amostra, 60 mulheres com idade entre 18 e 55 anos que trabalham embarcadas em plataformas de petróleo puderam compartilhar seus anseios e preocupações sobre o futuro nas atividades offshore. Apesar dos desafios, ampliar a presença das mulheres é uma das metas da Ocyan, que tem uma sonda com protagonismo feminino no ranking de performance de seu principal cliente: trata-se da "Norbe VI", liderada pela gerente geral Clarisse Rodrigues, que acompanhou a construção da embarcação desde o início. E essa mesma sonda tem como comandante a engenheira Carla Malafaia. Do total das mulheres pesquisadas, 34% dizem que trabalhar offshore pode inspirar outras mulheres a realizar esse tipo de atividade.

A pesquisa da Ocyan mapeou as potencialidades e barreiras para ampliação da presença feminina em alto-mar. Entre as profissionais consultadas, 50% responderam que se sentem muito competentes por desempenhar uma função técnica e lidar com desafios que as estimulam diariamente. No entanto, cerca de 93% das mulheres ouvidas lamentam que ainda é muito frequente, nas embarcações, os homens pensarem que as mulheres não são capazes de lidar com equipamentos pesados ou que requerem força. Por outro lado, para 47% das profissionais, os salários são bastante atrativos, embora entendam que as empresas precisam melhorar e adequar a infraestrutura das embarcações para facilitar o acolhimento de mulheres.

"Comecei a trabalhar em 2015 na Ocyan e fui conquistando outros cargos até chegar a coordenadora de Logística de Pessoas. Sempre demonstrei interesse em trabalhar offshore, mas o peso de ficar longe da família me fez postergar esta escolha", relembra Ellem Felix, da sonda OND II. "Ao receber a proposta para trabalho offshore resolvi arriscar, pois eu teria mais tempo no meu período de folga, possibilidades de ascensão de carreira e novos desafios", conta, que hoje é técnica de logística.

A engenheira, que trabalha 15x15, comenta que a rotina do trabalho offshore possibilita maior dedicação a sua filha de 4 anos em seus 15 dias de folga e que conta com o apoio do marido, babá e família enquanto está embarcada. "Os desafios são diários, inclusive para sair do Rio de Janeiro e chegar ao Oiapoque, onde fica a sonda, pois levo mais de 24 horas até chegar ao trabalho e fico boa parte do tempo incomunicável, uma preocupação constante da vida materna", explica. Um dos benefícios de mulheres que trabalham embarcadas, geralmente por 15 dias, é ter a possibilidade de viver intensamente a outra metade do mês junto com seus filhos.

A rotina do trabalho offshore é um dos motivos pelos quais muitas mulheres desistem da profissão. Apesar do número baixo, 24% das mulheres responderam que ficar longe da família é a maior dificuldade do trabalho embarcado, em contrapartida, 31% das mulheres afirmam que o trabalho em escala, permite conciliar melhor a agenda profissional e pessoal. Apesar das dificuldades ainda encontradas, a pesquisa revela que 85% das mulheres entendem que o setor avançou no debate e

ações sobre equidade de gênero. E quanto aos avanços, 72% acreditam que estão sendo contratadas mais mulheres para o ambiente offshore.

“Precisamos continuar investindo em ações práticas que visem mitigar alguns desafios vivenciados pelas mulheres quando estão embarcadas. Nosso Programa de Diversidade e Inclusão aliado a metas atreladas ao Movimento Elas Lideram 2030 da ONU, do qual somos signatários, tem o compromisso de elevar esse índice a 50% até o fim da década”, afirma Nir Lander, vice-presidente de Pessoas & Gestão.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/05/2023

LOCALFRIO INTENSIFICA INVESTIMENTOS EM TI E ACELERA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21/05/2023 - 19:55



Companhia deve realizar o maior aporte de sua história em tecnologia da informação para padronizar processos e adquirir novas soluções em sistemas e infraestrutura

A Localfrio, uma empresa de logística integrada, prevê investimentos de aproximadamente R\$ 25 milhões neste ano, destinados especialmente para tecnologia da informação.

O montante total planejado representará o maior aporte da história da companhia, resultado de um novo direcionamento estratégico que visa à verticalização da

oferta de soluções integradas por meio da tecnologia.

Para concretizar esse objetivo, a empresa fará investimentos para aquisições de novos sistemas, padronização de processos e modernização do parque tecnológico, com foco cada vez maior na transformação digital.

“É um movimento necessário e que deve colocar de vez a Localfrio no centro da inovação. Estamos buscando as melhores e mais modernas tecnologias para deixarmos nossas operações mais ágeis e eficientes, nos colocando em um novo patamar. Clientes, colaboradores e demais stakeholders já estão percebendo algumas mudanças que estamos realizando nesse sentido e, em breve, apresentaremos outros avanços. Como um dos principais players e integradores da cadeia logística, cabe a nós liderarmos essas transformações”, explica Rodrigo Casado, CEO e presidente da Localfrio.

Neste ano a operação de Itajaí já foi contemplada com a atualização do sistema TOS e WMS. Isto possibilitará o acompanhamento das atividades em tempo real, integração com outros sistemas para facilitar o trânsito das informações, automatização de procedimentos e um novo portal de atendimento aos clientes para acompanhamento de solicitações e serviços. A modernização dos sistemas TOS e WMS está prevista para ocorrer também nas demais unidades da companhia até o final deste ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/05/2023

ANP CONCLUI DESINTERDIÇÃO DE INSTALAÇÕES DO POLO BAHIA TERRA

Da Redação ECONOMIA 21/05/2023 - 19:54



A ANP concluiu na sexta-feira (19) o processo de desinterdição das 38 instalações do Polo Bahia Terra que tiveram a operação paralisada pela agência em dezembro de 2022, por questões de segurança. Com isso, será retornada cerca de 32% da produção terrestre de petróleo e gás natural no estado da Bahia, com 1.291,8 m³/dia de petróleo e 373,2 mil m³/dia de gás natural.

O histórico das atividades do Grupo de Trabalho (GT) criado pela ANP para monitorar a situação do Polo Bahia Terra e articular as ações necessárias à retomada completa e segura de sua produção pode ser consultada na página específica publicada pela Agência.

Ao longo do processo foram analisadas 836 condicionantes, das quais 610 foram aprovadas em primeira análise e 226 necessitaram de complementação de informações antes da aprovação. Assim, foram realizadas no total 1.024 análises, ao longo de 34 pareceres oriundos de cerca de 200 documentos analisados.

Ao todo, 28 campos terrestres haviam tido sua produção paralisada: Araçás, Buracica, Canário da Terra, Canário da Terra Sul, Cantagalo, Cidade de Entre Rios, Fazenda Alvorada, Fazenda Azevedo, Fazenda Bálsamo, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Imbé, Fazenda Panelas, Guritã, Guritã Sul, Jandaia, Lamarão, Leodório, Malombê, Mandacaru, Massapê, Riacho da Barra, Riacho Ouricuri, Rio da Serra, Rio do Bu, Rio Itariri, Rio Sauipe, Tangará e Taquipe.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2023

INDÚSTRIA SE PREPARA PARA FUTURA MOBILIZAÇÃO DE EÓLICAS OFFSHORE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 19/05/2023 - 23:07



Arquivo/Divulgação

Complexos portuários vislumbram projetos que devem ocorrer no médio prazo. Estaleiros sugerem criação de instrumentos para garantir construção da infraestrutura necessária para suporte aos parques eólicos, como políticas de conteúdo local

Estaleiros, complexos portuários e empresas de navegação depositam boas perspectivas de que a indústria eólica offshore se desenvolverá no Brasil nos próximos anos, contribuindo para a diversificação da

matriz energética brasileira e para o desenvolvimento econômico em regiões costeiras. A avaliação é que a atividade está em fase inicial de desenvolvimento no Brasil, por conta da regulamentação, mas o país terá a chance de aproveitar um grande potencial para o desenvolvimento desse tipo de geração em seus mais de 7.000 quilômetros de costa e com ventos fortes e constantes em muitas regiões.

De acordo com o Conselho Mundial de Energia Eólica (GWEC, em inglês), a capacidade acumulada de geração eólica (onshore e offshore) no mundo totalizou 906 GW em 2022, dos quais 842 GW onshore e 64GW offshore. No Brasil, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mapeou um potencial da ordem de 700 GW em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) com profundidade de até 50m. Já o relatório 'Going Global Report' do Banco Mundial identificou um potencial eólico offshore de 1,2 terawatt (TW) para o Brasil, com o litoral Nordeste (São Luís-MA a Natal-RN); o litoral Sudeste (sul de Vitória-ES); litoral Sul (de Florianópolis-SC até a fronteira com o Uruguai) como lugares indicados para exploração dessa fonte de energia.



O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) avalia que o governo brasileiro tem mostrado interesse em incentivar a indústria eólica offshore, mas sugeriu a criação de instrumento para que a construção da infraestrutura necessária para os parques eólicos seja feita com forte participação da indústria brasileira, o que pode ser alavancado a partir de políticas de conteúdo local. A entidade também estima que a instalação de unidades eólicas em alto-mar, juntamente com as novas FPSOs previstas, fomentem gradativamente encomendas de embarcações de apoio marítimo, podendo contribuir com a retomada da construção naval no país.

Infraestrutura portuária, conexão da rede de transmissão de energia e logística são alguns dos requisitos para o desenvolvimento de eólicas offshore no Brasil. O desafio passa pelo amadurecimento do marco legal, que avançou nos últimos dois anos a partir do projeto de lei 576/2021, do decreto 10.946/2022 e de portarias do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre o tema.

A Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) também enxerga a necessidade de progresso tecnológico e redução de custos promovendo a competitividade. A indústria estuda ainda a possibilidade de arranjos entre eólica offshore e hidrogênio no mar. A associação avalia que haverá necessidade de contratar essa energia no curto prazo devido às previsões de crescimento econômico.

Na visão da ABEEólica, as características portuárias mais demandadas se referem ao aumento da capacidade de carga dos cais de atracação, ao aumento da oferta de área de armazenagem contígua ao cais e à capacitação da resistência do solo por tratamento geotécnico. O head de energia eólica offshore da ABEEólica, Matheus Noronha, observa alguns portos nacionais já se preparando para atender a demanda das eólicas offshore. Ele citou um estudo da ABEEólica, Coppetech e Essenz Soluções Z que não identificou a necessidade de construção de novos portos ou terminais.

A avaliação é que a capacitação adicional à infraestrutura portuária permitirá que os portos nacionais possam atender a demanda de maneira célere e a um menor custo. A análise apontou que o conjunto da oferta portuária brasileira é suficiente para atender a demanda de instalação de parques eólicos offshore, principalmente com portos praticamente se sobrepondo do ponto de vista geográfico. “Na parte portuária, temos uma sinergia muito grande da industrialização desses portos, que já estão se preparando para isso”, comentou Noronha, em abril, durante o 16º Ecobrasil, promovido pela Portos e Navios.

O levantamento menciona o complexo do Porto do Açú, no norte fluminense, com grande disponibilidade de área para arranjos logísticos de um porto de instalação de energia eólica offshore regional. No Sul, o estudo citou o Porto de Rio Grande (RS), que conta com um cais de carga geral de 875 metros de comprimento e 14m de profundidade, que permite o atendimento de até dois grandes navios de longo curso por vez para o perfil de carga demandado, além do canal de acesso, também com 14m.

Outro complexo portuário destacado neste trabalho foi o de Pecém (CE), com mais de 1.500m de cais contínuo e profundidade acima de 15m, permitindo o atendimento de algumas embarcações em paralelo. Além disso, Pecém tem a menor distância marítima para os navios que trazem equipamentos da Europa, América do Norte ou Canal do Panamá.

Até março de 2023, havia um total de 182,9 gigawatts (GW) em potencial de geração de projetos eólicos offshore protocolados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Noronha destacou que o termo de referência (TR) desenvolvido pelo órgão ambiental para complexos de energia eólica offshore traz mais segurança para investimentos e para a proteção ambiental, permitindo ao empresário apresentá-lo no estudo de impacto ambiental (EIA) para atestar a viabilidade desse tipo de projeto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2023



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 087/2023
Página 66 de 66
Data: 22/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 22/05/2023